



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO,  
CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

ANDRESSA ARIELLY DE SOUZA SANTOS

COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA: Meios e usos da comunicação por grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará.

BELÉM-PARÁ

2020

COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA: Meios e usos da comunicação por grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação.

Linha de Pesquisa: Processos Comunicacionais e Mdiatização na Amazônia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Maria Albino Steinbrenner.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A696c Arielly de Souza Santos, Andressa.  
Comunicação e Resistência: : Meios e usos da comunicação por grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará / Andressa Arielly de Souza Santos. — 2020.  
93 f. : il. color.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. MSc. Rosane Maria Albino Steinbrenner.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Belém, 2020.

1. Comunicação. 2. Miatização. 3. Resistências. 4. Conflitos socioambientais. 5. Amazônia.. I. Título.

CDD 301.14

---

ANDRESSA ARIELLY DE SOUZA SANTOS

COMUNICAÇÃO E RESISTÊNCIA: Meios e usos da comunicação por grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação.

RESULTADO: ( ) APROVADA ( ) REPROVADA

Data: \_\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosane Maria Albino Steinbrenner - Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaide Martins - Avaliador Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Edna Ramos de Castro - Avaliadora Externa

BELÉM-PARÁ  
2020

## AGRADECIMENTOS

Penso em todas as vezes que deitei na cama e me pensava escrevendo esses agradecimentos. Hoje, depois de longos dois anos, estou aqui com corpo e mente cansados e pensando como escrever isso de uma maneira concisa.

O mestrado, oficialmente, foi uma das coisas mais difíceis que já fiz. Sempre estudei e trabalhei, mas o mestrado foi diferente de tudo que já passei. Foram tantos acontecimentos, desastres, noites mal dormidas, preocupações que, em paralelo, eu prometia que não me tirariam o foco. Por tanto, foi um processo de pesquisa intenso e de autoconhecimento sem dúvidas! Tive períodos que passei mais de três meses sem sair de casa, outros períodos que chegava a dormir em média três horas por dia, para dar conta do trabalho, do estudo e das missões de casa.

No geral, eu nunca cheguei a pedir ajuda. Eu sempre trabalhei sozinha, meus processos de criação, de escrita, de estudo e qualquer outra atividade sempre foram processos muito solitários. Porque eu sempre tive dificuldade de aprendizado ou adaptação, por isso eu preferia trabalhar sozinha, porque eu sabia que para executar uma atividade específica eu demoraria em média três vezes mais que as outras pessoas e, por isso, eu tinha que me dedicar algumas horas a mais, porém isso nunca foi um problema para mim, eu já estava acostumada. Contudo, este processo foi diferente de todos os outros dos quais eu já havia passado, eu tive uma rede de apoio que me fez conseguir chegar até o final e é sobre essa rede que venho falar.

Primeiramente falo dos amigos de trabalho, Tay, Thais e Arthur, essas pessoas estavam me dando suporte quase que diariamente, me davam toda cobertura para que nenhum problema chegasse até a mim. Em especial, falo do Marcos, que passou muitas madrugadas do meu lado. Segundo, agradeço minha família, por todas as vezes que eles disseram que estaria tudo bem se eu não desse conta, isso não iria me tornar menor em nenhum sentido. Em terceiro, meus amigos da universidade, Laís, Elson e Léo por todas as mensagens preocupadas verificando de mês em mês se eu ainda estava viva. A Nath, por me inspirar demais e me trazer a este universo e a Camila, por todas as respostas de dúvidas aleatórias e todas as mensagens de “Vai dar certo!”.

Em quarto falo do meu companheiro de vida, Diego, que esteve comigo antes mesmo de eu entrar no mestrado e foi quem esteve do meu lado quando reprovei.

Em quinto, aos barcarenenses, participantes da pesquisa que, apesar das dificuldades em meio a pandemia, mostraram-se à disposição para qualquer contribuição necessária. E, por fim, minha orientadora, Rosane Steinbrenner, pois sem ela eu não teria conseguido chegar aqui. Penso em todas as vezes que eu a deixei nervosa e, ainda assim, ela tentava não enlouquecer com os prazos. Ela esteve lado a lado comigo sempre que pôde e me tocou de uma maneira

diferente, me fazendo repensar sobre uma carreira acadêmica e sobre as marcas que deixamos na vida das pessoas.

Nesse sentido, gostaria de deixar um obrigado a cada uma dessas pessoas. Eu tive a sorte de ter cada um de vocês no meu caminho e tive mais sorte ainda de aprender, de modo acolhedor, que eu nunca estive sozinha.

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é identificar e analisar os usos e meios de comunicação acionados pelos grupos sociais atingidos pelo desastre da Hydro Alunorte, em Barcarena - Pará, situada num histórico contexto de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2001) que atravessa os conflitos socioambientais na Amazônia. O que motivou nosso estudo foi o fato da cobertura midiática do desastre ambiental, denunciado pelas comunidades locais e ocorrido no início do ano de 2018, envolvendo o vazamento de rejeitos da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio, ter alcançado repercussão nacional e internacional, porém com escasso espaço para as vozes populares e locais (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020). Assim, nosso intuito, a partir de um estudo exploratório de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, foi justamente buscar as outras vozes, usual e historicamente invisibilizadas, no sentido de compreender, na perspectiva da mediação (HEPP, 2014), os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcam nesse período as ações dos grupos sociais mobilizados, no que chamamos de campo da resistência comunicativa, em reação aos impactos ocasionados pelo desastre e na defesa de direitos e de seus territórios no município de Barcarena, entendido como "zona de sacrifício" da mineração (CASTRO, 2019).

**Palavras-chave:** Comunicação. Mediação. Resistências. Conflitos socioambientais. Mineração. Amazônia.

## ABSTRACT

The objective of this dissertation is to identify and analyze the uses and means of communication triggered by the social groups affected by the Hydro Alunorte disaster, in Barcarena, Pará, located in a historical context of environmental injustice (ACSELRAD, 2001) that crosses the socio-environmental conflicts in the Amazon. What motivated our study was the fact that the media coverage of the environmental disaster, denounced by local communities and occurred in the beginning of 2018, involving the leakage of tailings from the Norwegian company Hydro Alunorte, leader in the global aluminum market, has achieved national repercussion. and international, but with little space for popular and local voices (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020). Thus, our intention, based on an exploratory study of a qualitative character (YIN, 2016), considering a period of 24 months from the occurrence of the disaster, was precisely to seek the other voices, usually and historically invisible, in order to understand, from the perspective of mediation (HEPP, 2014), the communication processes and practices (FRANÇA, 2016) for resistance (PERUZZO, 1998) that mark in this period the actions of the mobilized social groups, in what we call the field of communicative resistance, in reaction to the impacts caused by the disaster and in the defense of rights and their territories in the municipality of Barcarena, understood as mining "sacrifice zone" (CASTRO, 2019).

**Keywords:** Communication. Mediatization. Resistances. Socio-environmental conflicts. Mining. Amazon.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Barcarena e local do desastre de 2018.....	32
Figura 2 - Imagens do transbordamento de rejeitos tóxicos na Hydro.....	33
Figura 3 - Imagem da capa de jornal sobre desastre da Hydro.....	34
Figura 4 - Fontes na cobertura midiática do dia 23 fev. 2018.....	38
Figura 5 - Localização das lideranças participantes da pesquisa.....	50
Figura 6 - Perfil das lideranças locais selecionadas pela pesquisa - gênero e idade.....	51
Figura 7 - Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa - raça/cor.....	51
Figura 8 - Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa.....	52
Figura 9 - Ativismo e representação social das lideranças.....	52
Figura 10 - Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa - renda e moradia.....	53
Figura 11 - Plataformas digitais utilizadas por lideranças locais de Barcarena.....	53
Figura 12 - Tipo de falas nos debates públicos - audiências e roda de conversa.....	54
Figura 13 - Principais conteúdos sobre o desastre da Hydro .....	57
Figura 14 - Principais conteúdos sobre os conflitos gerais.....	58
Figura 15 - Postagens no facebook das lideranças locais.....	60
Figura 16 - Encontro de dois anos após o desastre da Hydro.....	62
Figura 17 - Fotografia da primeira audiência pública ocorrida.....	62
Figura 18 - Fotografia da greve feita na frente da Hydro.....	63
Figura 19 - Fotografia do encontro ocorrido na Noruega.....	63
Figura 20 - Participação nas audiências públicas por tipo de organização social.....	66
Figura 21 - Grupos sociais representados pelas organizações de resistência.....	69
Figura 22 - Principais conteúdos sobre o desastre da Hydro.....	73
Figura 23 - Imagem campo da resistência.....	76

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contabilização dos encontros públicos - debates.....	44
Tabela 2 - Delimitação do objeto de estudo.....	45
Tabela 3 - Assuntos mais citados nas audiências públicas.....	55
Tabela 4 - Tipos de falas por liderança nas audiências públicas.....	56
Tabela 5 - Mapeamento quantitativo de conteúdos postados no Facebook de liderança.....	59
Tabela 6 - Comunicação híbrida - em diferentes plataformas.....	61
Tabela 7 - Rede de apoio às organizações locais e mobilização frente ao desastre da Hydro....	64
Tabela 8 - Tipos de organizações do campo da resistência frente ao desastre da Hydro.....	67
Tabela 9 - Tipos de organizações do campo da resistência frente ao desastre da Hydro.....	70
Tabela 10 - Mapeamento quantitativo de conteúdos postados no Facebook.....	71
Tabela 11 - Seleção dos principais meios e formatos utilizados.....	74
Tabela 12 - Rede de apoio às organizações locais.....	75

## LISTA DE SIGLAS

- ABAROI** - Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla de Itupanema
- ACMBL** - Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Laranjal
- ACOQUIGSAL** - Associação da Comunidade Quilombola de Gibrié de São Lourenço
- AMBJC** - Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano
- ATERIM** - Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Mucuruçá
- CAINQUIAMA** - Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia
- FPSM** - Movimento Nacional Povo Sem Medo
- GESTERRA** - Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia
- GETTAM** - Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia Espacial
- ICSA** - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
- IEC** - Instituto Evandro Chagas
- MAM** - Movimento pela Soberania Popular na Mineração
- MPF** - Ministério Público Federal
- MPPA** - Ministério Público do Pará
- NAEA** - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- PGC** - Programa Grande Carajás
- PGE's** - Projetos de Grande Escala
- SESMA** - Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará
- UFPA** - Universidade Federal do Pará
- UNEGRO** - A União de Negros pela Igualdade

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 SOCIEDADE E NATUREZA: HISTÓRIA COLONIAL DE CONFLITOS</b>	15
<b>2.1. Relações sociais e conflitos socioambientais</b>	15
<b>2.2. Conflitos, poder e o campo da resistência</b>	17
<b>2.3. (Neo)Extrativismo, conflitos socioambientais e o discurso do desenvolvimento</b>	18
<b>2.4. Perspectiva histórica das relações de dominação da natureza: Colonialismo, imperialismo, globalismo</b>	23
2.4.1. América Latina, Brasil, Amazônia e a "maldição" da riqueza mineral	25
<b>3 CONFLITOS E RESISTÊNCIA EM BARCARENA</b>	28
<b>3.1. Barcarena - cena em foco no estudo</b>	28
<b>3.2. O desastre da Hydro Alunorte e o apagamento das vozes populares na cobertura midiática</b>	30
3.2.1. A cobertura midiática do desastre	34
<b>3.3. Em busca das outras vozes: instrumentos de análise e percurso metodológico</b>	35
3.3.1. Processos comunicacionais e mediação	38
3.3.2. Percurso Metodológico: em busca das vozes de resistência	41
3.3.3. Delimitando o objeto e o corpus da pesquisa	44
<b>4 O CAMPO DA RESISTÊNCIA COMUNICATIVA FRENTE AO DESASTRE DA HYDRO</b>	48
<b>4.1. Apresentação e discussão dos achados da pesquisa</b>	48
4.1.1. Lideranças locais e usos da comunicação no caso do desastre da Hydro	49
4.1.2. Organizações de resistência e uso da comunicação no caso do desastre da Hydro	65
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	77
<b>REFERÊNCIAS</b>	81
<b>APÊNDICE - A</b>	86
<b>APÊNDICE B</b>	90

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário escolhido para estudo, o município de Barcarena, mesorregião metropolitana de Belém do Pará, Amazônia oriental, constitui-se como palco de intensas disputas e projetos de grande impacto e cena estratégica "na acumulação capitalista mundial, tanto em relação aos mercados de mineração quanto de agronegócio" (HAZEU, 2017, p.82). Em contrapartida, é também lugar onde os conflitos tendem a gerar mobilizações coletivas para uma possível ruptura do tradicional modelo de desenvolvimento pautado por uma "economia de mercado livre que (...) tenta dominar as relações sociais" (POLANYI, 2001, p.317 *apud* HAZEU, 2017, p.31), resultando em uma potencial reação de resistência, como um contramovimento, o qual se dá em defesa dos territórios e de modos de vida.

Com cerca de 150 mil habitantes (IBGE, 2010), Barcarena tem passado por uma série de crimes socioambientais<sup>1</sup> devido à instalação de novas empresas e do complexo portuário-industrial no município. Desde meados dos anos de 1960 as pressões capitalistas fazem com que os moradores tenham suas casas, saúde e vida social comprometidas em decorrência dos interesses corporativos (MAIA, 2017), relacionados aos mais diversos setores econômicos, principalmente àqueles voltados ao neoextrativismo (SVAMPA, 2019), no beneficiamento e exportação de minério - caulim, alumina, alumínio - com um fluxo crescente no volume transportado, via modal fluvial, ferroviário, rodoviário e aéreo, além do transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos etc. (HAZEU, 2015, p.134). Desse modo, grande parte de sua economia é intensivamente extrativa, baseada em *commodities*, ou seja, pautada na retirada de recursos naturais, financiada sumariamente por capital estrangeiro e voltada à exportação (NASCIMENTO, 2010), o que situa Barcarena como um dos territórios enquadrados nas dinâmicas onde a geopolítica global vem por implicar em alterações das vivências tradicionais.

Uma realidade que se enquadra de forma emblemática na noção de injustiça ambiental, como entendida por Acserald (2010, p.119), como "a desigual exposição ao risco como resultado de uma lógica que faz com que a acumulação de riqueza se realize tendo por base a penalização ambiental dos mais despossuídos". Para o autor, isso se dá especialmente em sociedades desiguais do ponto de vista econômico e social, que "destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais

---

<sup>1</sup> Altemar Nascimento (2010) em sua dissertação "*Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará*", narra uma série de acidentes constatados desde o início do século XXI, em sua maioria, tornados públicos por meio de denúncias feitas pelas comunidades locais.

discriminados, aos povos étnicos ou tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis” (ACSELRAD; MELLO, BEZERRA, 2009, p.41).

O conflito socioambiental irá surgir então como uma tensão na resposta a uma ação do outro, que pode decorrer da violência social da negação ou do não reconhecimento do outro (SIMMEL, 1977). Para Svampa (2019, p.46), os conflitos socioambientais que fazem da América Latina um grande palco de saque e violência, são justamente “aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder”.

O desastre ambiental desnaturalizado, entendido não como socialmente produzido, evento que causa dano ou destruição afetando territórios, comunidades, populações e pessoas, produto da acumulação de riscos e vulnerabilidades derivados do tipo de sociedade e economia em que vivemos pode ser compreendido, como um momento agudo do conflito socioambiental vivido, com capacidade de revelar, de forma intensa, a disputa de narrativas entre os diferentes agentes envolvidos.

Estudos mostram (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.373) que existe, desde a década de 1970, em Barcarena, em meio a uma sequência de desastres ambientais, um contexto de lutas sociais como resposta aos processos violentos, desrespeitosos e traumatizantes que deslocaram internamente no município cerca de 10 mil pessoas entre 1979 e 2015, sendo que muitas delas foram deslocadas mais de uma vez, enquanto outras ficaram isoladas entre as empresas, sendo “afetadas diretamente pela poluição (...) fatos que desestruturaram o modo de vida local” (HAZEU, 2017, p.86). Como maior polo de beneficiamento mineral no Pará, Barcarena acumula de "tensões sociais e sofrimentos prolongado" (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020, p.310) desde a instalação no município de empreendimentos ligados à produção de *commodities*, que a transformaram em zona de sacrifício da mineração, com recorrentes desastres socioambientais, em 19 anos, foram registrados 26 desastres/crimes ambientais.

Mesmo neste cenário, é "sintomático a crescente consciência política, forjada na história daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial" em Barcarena (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.383). Uma consciência política expressa em protestos, reuniões e demais organizações sociais na formação de uma voz coletiva, que evidencia com essas mobilizações uma busca por influenciar o processo decisório e político da região.

Entendendo que “o discurso exerce um papel de pivô no exercício de poder (...) e seus objetivos, teorias, métodos, dados e práticas” são definidores para a "resistência das estruturas

sociais” (COUTO; CARRIERI, 2018, p. 3-5) e reconhecendo que a comunicação, ainda mais mediada pelas tecnologias na sociedade contemporânea, é instrumento central da visibilidade pública e política (SANTOS; MENEZES; FERNANDES; SATUF, 2019) dos agentes dos campos sociais (BOURDIEU, 2005) e para o exercício da cidadania, o desafio aqui posto é compreender as experiências de luta e resistência de grupos sociais locais em torno de conflitos socioambientais no município de Barcarena e, especialmente, os modos e usos que fazem da comunicação - meios, ações e produtos comunicacionais - utilizados no enfrentamento de assimetrias histórica e socialmente construídas.

Nessa perspectiva, selecionamos como recorte temporal para nossa análise, o desastre ocorrido no município de Barcarena no início do ano de 2018, que envolveu o vazamento da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio. O que motivou nosso estudo foi o fato da cobertura midiática do desastre ambiental, denunciado pelas comunidades locais e ocorrido em fevereiro daquele ano, envolvendo o vazamento de rejeitos tóxicos da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio, ter alcançado repercussão nacional e internacional pelos meios de imprensa tradicional, porém com escasso espaço para as vozes populares e locais como demonstrou estudo sobre assunto, realizado por Steinbrenner, Guerreiro Neto, Bragança e Castro (2019, 2020), e que serviu de contraponto principal ao nosso problema de pesquisa. Assim, nosso intuito, a partir de um estudo exploratório de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, foi justamente buscar as outras vozes, usual e historicamente invisibilizadas, no sentido de compreender os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcam nesse período as ações dos grupos sociais mobilizados em reação aos impactos ocasionados pelo desastre e na defesa de direitos e de seus territórios no município de Barcarena.

A escolha se deu também pelo fato de ser o caso mais recente desastre ocorrido no município, o que permitiu maiores chances de sucesso quantitativo e qualitativo na coleta de dados. Além disso, este também se enquadra pelo impacto e danos sociais e ambientais causados, na categoria de um dos desastres "de grande proporção" (RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, p. 160) ocorrido durante os últimos anos na região, descoberto e denunciado por moradores.

O enquadramento ou pano de fundo teórico será realizado a partir da discussão de conceitos e teorias relacionados com as seguintes temáticas: no primeiro capítulo, a relação sociedade-natureza, as transformações sociais no tempo e no espaço (CASTELLS, 2002); considerando o lugar e os conflitos socioambientais, incluindo a noção de justiça ambiental e

racismo ambiental (ACSELRAD, 2002 e ACOSTA, 2007) em relação ao modelo de desenvolvimento historicamente extrativo e predatório, numa permanente relação colonial com a natureza e as populações que dela dependem (CASTRO, 2010).

No segundo capítulo, traremos o nosso percurso teórico-metodológico com foco na comunicação, bem como a definição e delimitação do corpus da pesquisa. Após uma discussão, ainda que breve, sobre discurso, poder e construção de sentidos (FOUCAULT, 1999) abordaremos o conceito e modelo de comunicação adotados pelo estudo, a partir da perspectiva relacional e praxiológica em Vera França (2016) e o conceito de midiatização a partir de Hepp (2014) e Fausto Neto (2006).

No terceiro capítulo, apresentaremos os dados da pesquisa, detalhando os principais achados e discutiremos seus resultados, seguido, então, das conclusões do estudo.

## 2. SOCIEDADE E NATUREZA: HISTÓRIA COLONIAL DE CONFLITOS

### 2.1. Relações sociais e conflitos socioambientais

Estudos realizados por plataformas de mapeamento de conflitos envolvendo injustiça ambiental<sup>2</sup> contabilizam milhares de casos ao redor do mundo. Segundo dados do Atlas de Justiça Ambiental (EJAtlas, [2020]), plataforma online colaborativa fruto de um trabalho colaborativo que envolve acadêmicos e ativistas, apresenta-se como o maior inventário de lutas ecológicas no mundo (TEMPER *et al*, 2018), existem registrados na atualidade mais de três mil casos, em 22 regiões do planeta, o maior número, cerca de 22%, situa-se em países da América do Sul, cerca de 80% dos quais nos países que integram a chamada Amazônia continental ou Pan-Amazônia, regiões onde a dominação colonial e o genocídio das populações originárias foram mais brutais.

Conflitos sociais, a partir da perspectiva de Simmel (1977), vem ser “a síntese geral das pessoas, energias e formas que constituem um grupo, a totalidade final em que estão compreendidas, tanto as relações de unidade em sentido estrito, como as de dualidade” (*apud* HAZEU, 2015, p.2), um ato de interação, onde um lado responde ao outro, e se impõem em maior e menor grau. Podendo juntos ter uma integração de ideias, mas também podem seguir caminhos inversos, em um processo de violência social, onde deixa de existir esse reconhecimento e passa a ser uma sobreposição que anula e nega a existência do outro.

Partindo desta perspectiva de anulação da existência e necessidades do outro, de exclusão, focamos sobre os conflitos voltados à natureza, já que tal relação homem-natureza, se instaura como a mais primordial relação constituída pela humanidade. Conforme Acsehrad (2004), o conflito ambiental perpassa historicamente por relações desiguais que envolvem

Grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes das práticas de outros grupos. (ACSELRAD, 2004, p.26).

Deste modo, tais embates que resultam de diferenças ontológicas dos grupos sociais podem “se desenvolver em torno de três componentes principais: a) o controle sobre os recursos

---

<sup>2</sup> O trabalho de coleta de um conjunto de dados dentro do universo de dados do EJAtlas assim como o Mapa de Conflitos da FIOCRUZ, vem sendo desenvolvido como metodologia do projeto de pesquisa do Observatório de Comunicação, Cultura e Resistências na Pan Amazônia para identificação dos conflitos socioambientais e grupos de mobilização e resistência, com foco central nos estados da Amazônia brasileira (STEINBRENNER, BRITO, GUERREIRO NETO, 2019).

naturais; b) os impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e c) o uso dos conhecimentos ambientais” (HAZEU, 2015, p.3). Portanto, estamos falando de contextos de conflitos que podem discorrer de outros aspectos, para além do meio natural, que desestruturam a ordem social, se enquadrando nos chamados conflitos socioambientais que, comumente surgem de debates e embates oriundos de processos de desenvolvimento nos quais os meios tradicionais são engolidos pela lógica econômica do sistema industrial, com efeitos sobre esferas da materialidade: física, biológica, cultural, econômica e social.

Conflitos socioambientais, a partir de Svampa (2019, p.46), são entendidos como “aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder”. Segundo a autora, tais conflitos expressam diferentes concepções do território, da natureza e do ambiente e, em certos casos, segundo a autora (p.41), na medida que os inúmeros megaprojetos tendem a reconfigurar o território em sua globalidade, “os conflitos acabam por estabelecer uma disputa do que se entende por desenvolvimento e, de maneira mais ampla reivindicam outras formas de democracia, ligadas à democracia participativa e direta”.

Nessa perspectiva, a luta e resistência dos grupos sociais afetados por conflitos socioambientais, dentro do movimento de justiça ambiental, ganhou a partir do início deste século um caráter de ação em rede, no que Svampa chama de “giro ecoterritorial” das lutas sociais.

A explosão de conflitos socioambientais “teve como correlato o que o mexicano Enrique Leff (2004) chamou de ‘ambientalização das lutas indígenas e camponesas’ e o surgimento de um pensamento ambiental latino-americano”. Nessa nova trama social, vários movimentos e coletivos irão atuar – coletivos culturais, ongs ambientalistas, cientistas. Também costuma se fortalecer, assim como em outros campos de luta, o protagonismo de jovens e mulheres, tanto nas grandes estruturas das organizações como nos pequenos coletivos de apoio ou nas bases (SVAMPA, 2019, p.64).

Isso nos evidencia a importância da reflexão em torno dos desastres e conflitos socioambientais, já que, além de ser um embate em torno da disputa desigual da natureza, também envolve em seus mecanismos de resistência diferentes atores e instituições globais e locais, em geral, pautados por uma visão mais inclusiva e de equilíbrio e respeito com a natureza. Do mesmo modo, no outro extremo também atuam atores diversos, desde grandes potências mundiais e empresas transnacionais até grupos e políticos locais que compartilham interesses econômicos e igual visão desenvolvimentista e colonial em relação aos territórios naturais e suas populações. Deste modo, trata-se de um embate de diferentes tipos de apropriação da terra ou território, no qual, por um lado, a natureza se traduz socialmente como

base de vida, mas que por outro lado, devido a limitação ou escassez dos recursos em disputa também pode se apresentar como base intensamente desigual de poder.

## 2.2. Conflitos, poder e o campo da resistência

O conceito de poder, partindo da sua etimologia, “vem do latim vulgar *potere*, substituído ao latim clássico *posse*, que vem a ser a contração de *potis esse*, “ser capaz”; “autoridade” (FERREIRINHA; RAITZ, 2010). Em outras palavras, o exercício do poder possui dois meios para o domínio, a construção de discurso e a violência. Os discursos, para o autor, são disciplinares e se fortalecem através das instituições paraestatais. Assim, por meio das entidades, esses discursos atuam como um processo de legitimação da violência do estado, o qual aborda regras referentes ao processo organizacional, que precisam ser aceitas pelos indivíduos daquela sociedade.

Logo, “a violência do estado é racionalizada, internalizada e legitimada” (CASTELLS, 2015, p.59) e, assim, moldam a ação humana. Desse modo, a legitimidade necessita de um certo consentimento e aceitação da construção de significados, compartilhados por meio da ação comunicativa. Nesse sentido, podemos deduzir que a capacidade das redes de comunicação de articular as ambições e princípios morais é o que auxilia o controle institucional.

O discurso, perante a sociedade, conforme o autor, tem suas dinâmicas “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1999, p. 8-9). Uma rede de signos na qual um domínio, ou melhor, um poder se expressa por meio da ordem do discurso, a qual estabelece ideias, valores e definições disciplinares do que viria a ser considerado certo e errado, valorizado ou excluído, visível ou silenciado.

Com o sentido de dominação, o conceito de poder abrange, também, a ideia de todo um conjunto de relações flexíveis, por isso é um conceito um tanto subjetivo, o qual estudiosos como Habermas (1993) e Bourdieu (2004) o entendem como uma forma heterogênea pois não emana apenas de um ponto fixo e único, estes pontos conhecidos como os micropoderes são detentores de grande influência. Conforme explica Castells (2015), a estruturação do poder é múltipla, atinge vários graus e "opera em formas e níveis diferentes de prática social: econômicos (produção, consumo, intercâmbio) tecnológicos, ambientais, culturais, políticos e militares)" incluem relações de gênero que constituem relações de poder que atravessam toda a estrutura (CASTELLS, 2015, p. 58). Deste modo, estamos falando de uma

espécie de rede sistematizada, composta por dispositivos que exercem poder sobre os indivíduos através da sujeição dos saberes, maneira significativa para construção do saber humano e aquilo que se define como relação de poder. De forma semelhante, como explica Steinbrenner (2011),

“A teoria dos campos de Bourdieu (1986) se constitui, de forma ampla, numa sociologia do poder com alto poder explicativo do princípio da organização social em qualquer sociedade. O autor parte de uma visão topológica da sociedade, que seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação (STEINBRENNER, 2011, p.26).

Nesse sentido, entendemos que o campo em disputa sob foco central desta pesquisa é de forma imediata o socioambiental, onde se travam os conflitos em torno das disputas pelo acesso aos bens e recursos da natureza. Palco de relações desiguais de poder, de um lado do campo estariam os atores geradores dos conflitos – conforme dados do Mapa da Fiocruz (2019), formado principalmente pela atuação de entidades governamentais e atividades neoextrativistas – e do outro lado, o campo da resistência – integrado pelos grupos sociais locais de populações diretamente atingidas pelos conflitos (populações indígenas e demais populações tradicionais, agricultores familiares, camponeses sem terra, trabalhadores de periferias urbanas, quilombolas) e grupos de apoio à mobilização desses grupos. O foco específico deste estudo são, justamente, as entidades que ocupam o espaço da resistência, as quais chamaremos de “campo da resistência” e que, por meio de processos e práticas de comunicação, buscam visibilidade pública para reconhecimento de suas lutas e demandas sociais.

### **2.3. (Neo)Extrativismo, conflitos socioambientais e o discurso do desenvolvimento**

Todas as ações de transformações da natureza sempre estiveram orientadas para o território e seus recursos (CASTRO, 2013). Deste modo, o “avanço da economia mundial ocorreu com base na exploração de recursos naturais e na busca incessante de novas tecnologias para a apropriação da natureza” (CASTRO, 2013). No fim, a relação de saque colonial e exploração predatória se fez permanente, pois mesmo com todas as mudanças temporais, sociais, econômicas ou até políticas que a história nos conta, a necessidade do fazer extrativista sempre se manteve entranhado na história e no lugar, afetando diretamente as dinâmicas sociais. O resultado histórico que disso constituiu-se em mais de cinco séculos de extrativismo, onde não houve “alterações substantivas na estrutura de acumulação do modelo de desenvolvimento

capitalista” (MALDONADO, 2015, p. 157), que sustentado pela lógica colonial, vem seguindo diferentes roupagens durante o tempo.

O extrativismo, por sua vez, pode ser definido como uma atividade de “coleta de recursos naturais para obter produtos minerais, animais ou vegetais. O conceito (...) é amplo por se aplicar à totalidade do ecossistema natural, e restrito, por limitar a apropriação dos recursos às qualidades e quantidades dos estoques” (RÊGO, 1999, p. 03). Assim, essa modalidade começou maciçamente:

Com a conquista e colonização da América, África e Ásia, a economia mundial começou a estruturar-se: o sistema capitalista. Esta modalidade de acumulação extrativista estava determinada desde então pelas demandas dos centros metropolitanos do capitalismo nascente (MALDONADO, 2015, p. 159).

Neste sentido, com o aumento da demanda mundial, o extrativismo, ao longo da história desenvolveu-se em “três formas: o mercantil-capitalista, o da pequena produção familiar e o comunitário” (RÊGO, 1999, p. 3). Contudo, a partir no momento em que o extrativismo impõem sua prática em escalas globais, incompatibiliza com outros meios de produção e fortalece o poder das instalações dos megaprojetos, os quais possuem “mecanismos de regulação previamente construídos e validados à escala internacional, impondo/subvertendo a ordem local” (ESCOBAR, 2002 *apud* CHIZENGA, 2016, p. 32) a favor da liberalização da economia mundial. Ponto em que se agudiza a assimetria das relações.

Assim, é incontestável que essa prática implica na intensificação de conflitos socioambientais, visto que para o controle desse meio de produção é necessário a apropriação de certas regiões para exploração de bens. Estamos falando então, de uma difusão da lógica do mercado a custo do respeito da dignidade humana, lógica na qual as populações são expulsas de suas terras, a perda da biodiversidade se intensifica, a deterioração dos recursos hídricos atinge níveis catastróficos.

Em um contexto de globalização, culturas e sociabilidades é preciso problematizar as determinações deste mundo moderno com traços colonialistas (LANDER, 2001, p. 16), no qual historicamente vemos um poder assumir diferentes roupagens e que, mesmo de forma fragmentada no tempo, desloca a “atividade econômica de um centro para múltiplas periferias” (RAMOSE, 2010, p.142-143 *apud* CHIZENGA, 2016), estabelecendo uma relação de poder, como uma “ teia de lugares e pessoas, de informações e pressões (PEIXOTO, 2004, p.36 *apud* HAZEU 2015, p.40) do global para o local. Traços que se assemelham à “antigos laços coloniais, a dominação econômica e espaços transnacionais, a atividade militar, a exportação

organizada de trabalhadores e os efeitos devastadores da globalização das economias nos países pobres” (SASSEN, 2010, p. 116 *apud* HAZEU 2015, p.42) que possuem grandes áreas de reservas naturais e economia pautada na exportação primária e atualmente na reprimarização da economia, como Brasil, Peru, Venezuela, Colômbia, Argentina. Nesses países esses conflitos são cada vez mais comuns, devido à sua abundância em minerais e o contexto político e histórico estabelecido na região.

Nesse contexto, os “países ricos em recursos naturais, cuja economia se sustenta prioritariamente em sua extração e exportação encontram maiores dificuldades para se desenvolverem” (ACOSTA, 2011, p. 1, tradução da autora). São colocados historicamente em um contexto de violência e injustiça ambiental, que vão desde deslocamentos forçados para uso de suas terras às implicações de saúde devido à poluição de rios e desertificação do solo, entre outros.

Posto isto, é evidente que assim como o extrativismo, os conflitos sociais estão se arrastando ao longo da história para sustento da prática capitalista, a qual estabelece relações de poder que dão desvantagem gradativa em regiões e populações específicas (ACSELRAD, 2001). Assim, estamos falando de um conflito que desdobra seu debate em economia, natureza e efeitos sociais. Esta modalidade de conflito faz a natureza ser convertida em economia, este é o ponto inicial que desencadeia outro sub conflito<sup>3</sup>: a disputa por territórios, que sucessivamente se manifesta em outros desacordos seguintes. Em primeiro ponto a perda de biodiversidade, mas para além disso, a intensificação de conflitos socioambientais que a disputa de território acarreta sobre a vida das populações locais, na área da saúde, economia, estilo de vida, violência entre outros.

Essas pretensões e demandas econômicas, na sua maioria, chocam-se com a existência, os interesses, o acesso e os usos sociais do território e de seus “recursos” de grupos sociais minoritários em relação às pretensões econômicas e financeiras do capitalismo, o que acaba gerando configurações sociais marcadas por lutas e resistências desses grupos sociais face aos interesses econômico-financeiros do capitalismo dominante global (CHIZENGA, 2016, p. 44).

Nessa perspectiva, o Estado, nos países do chamado Sul Global, em geral detentores de uma cobiçada riqueza natural e farta pobreza social, acaba por receber pressão de organismos internacionais em nome dos interesses das grandes corporações transnacionais e, por

---

<sup>3</sup> Sub conflitos, não por referenciar a relevância do problema, afinal é impossível definir isto, já que cada ator envolvido é afetado em níveis diferentes por questões variadas. Portanto chamo de sub conflitos uma divergência gerada ou subsequente do conflito inicial.

consequência, desencadeia um aumento contínuo da pobreza e concentração da riqueza mundo afora. Em outras palavras, a dinâmica cultural e econômica desses países, com destaque para os países latino-americanos, que haviam respondido com grande ímpeto ao discurso hegemônico da integração aos mercados globais - foram significativamente alteradas por processos globais (ESCOBAR, 2000).

O conceito de neoextrativismo da argentina Maristella Svampa (2019) é muito potente para explicar esse efeito sistêmico, pois, pelo entender da autora, designa mais que as atividades tradicionalmente consideradas *extrativistas*, uma vez que inclui desde a mega mineração a céu aberto, a exploração da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes obras de infraestrutura, como represas, estradas, hidrovias portos, até a expansão de diferentes formas de monocultura, por meio da generalização do modelo do agronegócio, seja a exploração pesqueira ou das florestas (SVAMPA, 2019, p.33). Ela explica, no início dos anos 2000, a partir da alta dos preços internacionais das commodities (produtos indiferenciados, que não requerem tecnologia avançada para sua fabricação e processamento, cujos preços são fixados internacionalmente) o neoextrativismo, com a conseqüente reprimarização das economias nacionais, vai se estabelecer como uma nova ordem não apenas econômica orientada na atualidade por megaprojetos, no que se configurou, segundo a autora, num amplo e perigoso “consenso das commodities”

(...) uma nova ordem econômica e político-ideológica, sustentada pela alta dos preços internacionais das matérias-primas e bens de consumo, cada vez mais demandados pelos países centrais e potências emergentes. Essa ordem vem consolidando um estilo de desenvolvimento neoextrativista que gera vantagens comparativas, visíveis no crescimento econômico, ao mesmo tempo que produz novas assimetrias e conflitos sociais, econômicos, ambientais e político-culturais. Tal conflito marca a abertura de um *novo ciclo de lutas, centrado na defesa do território e do meio ambiente*, bem como na discussão sobre modelos de desenvolvimento e as próprias fronteiras da democracia (SVAMPA, 2013, p. 30, grifo nosso).

A lógica segue o da dominação daqueles grupos que são inferiorizados e historicamente subalternizados, relação desigual que se manifesta nos discursos do desenvolvimento. Um discurso de legitimação da perspectiva global. Para isto tem sido construído o discurso do desenvolvimento econômico e social, para o livre “avanço em direção às fronteiras florestais, às reservas minerais, enfim, para onde a natureza está mais preservadas. (CASTRO, 2017, p.23). Tais interesses se sustentam nos discursos, visto que

(...) o desenvolvimento é, antes de tudo, uma construção política e ideológica, sendo, por isso, um discurso produzido, um discurso de poder e de legitimação

simbólica que carrega consigo uma formulação arbitrária, intrínseca e historicamente elaborada (CASTRO, 2014, p.243).

Tem se tornado evidente o aumento da “violência e pobreza no entorno dos empreendimentos (...) extrativistas (CASTRO, 2017, p.32), os quais ressignificam os recursos naturais “como bem econômico e objeto de regulação pelo mercado mundial” (CASTRO, 2017, p.32). Nesse sentido, os discursos dominantes, com objetivo de garantir controle e livre acesso aos bens materiais, se apresenta com “determinadas demandas do progresso e do bem-estar”, com forte ocultação de fatos no sentido de fortalecer a “ideia do desenvolvimento local/regional” derivado da presença de megaprojetos (...) para então “persuadir e ter aceitação fácil da parte dos governos receptores, organizações da sociedade civil e das comunidades locais” (CHIZENGA, 2016, p. 31). Pela ordem discursiva, tem-se então caminho aberto para as apropriações territoriais e privatização dos bens comuns como água terra, o ar e demais recursos que humanos dependem. Privatizam o bem básico dos indivíduos para comercialização mundial e fomentam contextos díspares em certos territórios, onde o desenvolvimento econômico avança tão rápido quanto a ampliação de desigualdades (QUIJANO, 2005, s/p).

Assim, também, percebemos o cenário da história de saques na Amazônia, uma região extremamente rica, que abriga uma população igualmente pobre. Em resumo, um cenário onde a força do desenvolvimento econômico global se tem sobreposto aos agentes e as necessidades locais.

Com o mito do desenvolvimento como sinônimo de progresso, gera-se uma pressão sobre os países empobrecidos, e se estabelecem modelos políticos e ideológicos que compactuam com as práticas mercadológicas e ignoram as demandas sociais, fomentando um processo que, alimenta o “crescimento empobrecedor” (BAGHWATI, 1958, *apud* 2011, p.4). Um processo de normatização da dor, afinal, aplica-se uma lógica de consumo que não é nem socialmente e nem ambientalmente sustentável.

Isso nos faz questionar sobre que tipo de desenvolvimento estamos falando? Um desenvolvimento que, na mesma velocidade que avança o domínio sobre a natureza para benefício do homem, caminha concomitantemente para desigualdade social, econômica e política e para o desequilíbrio geral da saúde do planeta e no planeta.

É fundamental, portanto, pensar a sustentabilidade e a conservação como aspectos-chave da política do lugar e ir para além do eixo econômico, ou da própria natureza em si, afinal não tem sentido falar de natureza sem sociedade e, por isso, não faz sentido subjugar algumas

populações para domínio de seu ambiente. Fato que temos visto não só na história da construção das sociedades, de forma geral, como no contexto presente que iremos analisar mais à frente.

Passaremos a seguir uma breve discussão de como se deu, ao longo do tempo, o processo de territorialização desse modo de produção (saque) capitalista, que pode ser analisado, de forma esquemática, em três fases ou períodos: o do colonialismo, o do imperialismo e o do globalismo (COLOMBO, 2018).

#### **2.4. Perspectiva histórica das relações de dominação da natureza: Colonialismo, imperialismo, globalismo**

A compreensão da evolução dessas três fases (colonialismo, imperialismo e globalismo) evidencia as relações de poder (FOUCAULT, 1979) ao longo da história e o consequente processo de domínio territorial.

O colonialismo se instaurou por volta de 1500 e se tratava de um momento de imposição de um país sobre o outro (como ocorre até hoje, mas de maneira diferente). Essa fase se deu pelos interesses comerciais da expansão dos mercados, onde os países buscavam recursos naturais para seu crescimento econômico (COLOMBO, 2018). Assim, podemos considerar que o mercantilismo foi a primeira fase do colonialismo. Do qual foi fortemente caracterizado pela ocupação de Portugal e da Espanha na América, mas também envolveu outros países com colonização francesa e inglesa.

O colonialismo se desdobrou em dois tipos, com distintos objetivos: exploração e povoamento, estabelecendo diferentes relações e efeitos a certas regiões. Logo, o colonialismo buscava encontrar lugares para exploração e enriquecimento, e o alvo principal desta época foram as Américas. Neste sentido, uma parte das Américas teve as colônias de povoamento (Estados Unidos e Canadá), enquanto que outras (da América Latina em geral) voltava-se para colônias de exploração.

Esta exploração é perpassada por um processo de controle autoritário, no qual houve imposição da cultura, da linguagem, seu modo de ver a vida, de perspectivas religiosas e de controle territorial. Esse processo implicou na aniquilação das populações locais, devido às imposições e apropriações violentas. Por fim, os colonizadores passaram a denominar-se como donos de “terras recém descobertas”.

Com a expansão industrial e financeira, o imperialismo ou neocolonialismo se estabelece a partir do século XIX. Desta vez, havia novas tecnologias disponíveis para dominação dos territórios, mas agora o foco era, além da matéria prima, a mão de obra barata,

escoação popular e mercado consumidor, visto que, como as riquezas tinham sido drenadas para o mercado europeu, havia uma produção muito grande que precisavam de mais pessoas para comprar.

Este cenário compõe uma economia frágil, com uma série de países que começam a ficar independentes e iniciam diferentes disputas entre si para a expansão de poder e dominação de um sobre o outro, consequências que nos trouxeram ao auge do conflito na primeira guerra mundial. Com esses empasses, vemos os problemas não resolvidos da primeira guerra mundial emergindo em 1945 na segunda grande guerra, um cenário com países enfraquecidos, investimentos em armas nucleares e ampliações de empresas transnacionais. Era um momento de reconstrução, no qual a crise imperial estava andando de frente para a entrada da globalização, com as fragilidades do governo e as potências burguesas.

A globalização, por sua vez, em 1990 não tem entrada com uma dominação direta, e sim ideológica, “com o mercado financeiro e as empresas que põe plantas de produção e investem seus capitais nos países de interesse inclusive intervindo nas suas políticas” (COLOMBO, 2018) para modelagem de um ambiente propício para investimento. O mundo vira aldeia global com fluidez dos mercados das grandes corporações não territoriais propriamente dito, mas com domínio sutil dos políticos, da imprensa, da propaganda, empresas e dos bancos, entre outros.

Assim, o território e o tempo passam a ser um “espaço onde se exercem poderes, inscrevem-se projetos, exprimem-se estratégias de atribuição de valor e se afrontam os interesses contraditórios” (FIRKOWSKI e SPOSITO, 2008, p. 9 *apud* CARMO 2018 p.5). Formam-se debates que acionam os mais variados agentes que “disputam sobre a função social da terra” (HAZEU, 2017, p.84) onde, por um lado vemos as populações tradicionais e por outro os modos de produção capitalista. Um conflito entre as distinções do “lugar-local e lugar-global: enquanto o primeiro é o território organizado, herdado, dotado de história-identidade e o segundo pressupõe o espaço produtivo, que foi globalizado, e representa a sede da ação (CARMO, 2018, p.4). Em outras palavras, o território se expressa como um campo político que evidenciam as dinâmicas de relações de poder, nas disputas, conflitos, negociações, e assimetrias de uma rede que se adapta de forma hierarquizada, onde algumas vezes possuem mais força e poder de sobreposição sobre as outras. Em outras palavras, podemos dizer que é um embate que se desdobra ao longo do tempo e que reúne relações de dominação e resistência.

E assim, como a dominação vem se desdobrando durante o tempo, as resistências também permanecem não só nas memórias vivas mas também na “organização social das formas de viver no ecossistema amazônico, cuja identidade e história social são combustíveis

para as lutas travadas por comunidades e grupos sociais para continuarem (re)existindo” (CARMO, 2018, p.14), mantém-se respondendo esses estímulos da dominação.

Deste modo, o que nos interessa nesta pesquisa são as experiências daqueles grupos tradicionais que nesses confrontos “exprimiram o sentimento de injustiça e opressão, que não tinham tido a chance de se fazer ver e ouvir em suas estratégias sociais” (CASTRO, 2017, p.46) mas continuam ao longo do tempo, respondendo, contestando e fortalecendo mecanismo que firmam sua identidade e participação política através de diálogos deliberativos para combate das desigualdades da sua própria região e sua vida local.

#### 2.4.1. América Latina, Brasil, Amazônia e a "maldição" da riqueza mineral

Diante dessas divergências que se repetem na história em diferentes territórios no mundo, focalizamos a América Latina, área com países periféricos, porém com grandes riquezas naturais, que vivem uma espécie de maldição dos bens naturais. Com uma economia baseada na agropecuária e na exportação de matéria prima, insere-se, desde a época colonial, em uma geopolítica, na qual os países latino-americanos abrigam projetos estrangeiros cada vez mais de grande escala, com sucessivo crescimento das demandas extrativistas, tornando-se palco continuado das mais diversas, violentas e desiguais disputas por suas riquezas naturais.

A América Latina é considerada a região com o “crescimento mais acelerado de investidores minerais na última década (VESLAQUEZ, 2012, p. 48). Possui abundância em minérios como cobre, zinco, níquel, ferro, carbono, lítio entre outros, correspondendo a um terço da produção mundial de minério. Sua participação na produção extrativa significa pontos estratégicos para as indústrias de alta tecnologia (GONÇALVES, 2016, p. 41) e, por isso, abriga uma espécie de rede de relações internacionais vinculada aos interesses econômicos dos grandes grupos transnacionais.

Uma reinvenção desses territórios e da geopolítica de apropriação dos recursos naturais. Todavia, essas áreas, hoje, vêm se tornando estratégicas do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas (1) com grande diversidade biológica, água, energia (carvão, petróleo, gás e lítio); (2) ricas em minerais (cobre, bauxita, ferro, manganês e toda a tabela periódica da química) ou (3) são áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, áreas tropicais (GONÇALVES, 2016, p. 43)

Fica evidente que as relações estabelecidas de desigualdade e imposição, revelam-nos um “movimento global de reprodução do capital na apropriação privada dos bens comuns e

consolidação da posição subalterna de países dependentes do modelo primário exportador” (GONÇALVES, 2016, p.42). Não é à toa que dizem que a América Latina é a divisão da parte mais pobre das Américas.

Assim, privatizam as riquezas e socializam os desastres, fazendo de tal maneira da “América Latina a região mais desigual do globo” (DUPAS, 2007, p. 83). Deste modo, a desigualdade de renda tem avançado em setores importantes da vida dos cidadãos, tais como a dificuldade no acesso ao consumo, ao crédito, à educação, à saúde e à inclusão digital, entre outras. Consequentemente, a violência tem aumentado: na década de 1990, registrou-se um crescimento de 40% no número de homicídios na América Latina. Esse aumento contínuo tornou a região a segunda maior do mundo em criminalidade. Números estes agravados drasticamente pela aceleração mercantil extrativista, que se faz presente até hoje.

Neste sentido, o Brasil, a maior potência econômica da América Latina, além de despertar "a atuação das empresas transnacionais interessadas na geração de lucros em curto prazo, especialmente nos contextos de alta dos preços das commodities minerais” (GONÇALVES, 2016, p. 41) também simplifica os processos de investimento e instalações das indústrias, o que caracterizou aspectos fundamentais à chamada reprimarização da economia brasileira.

O primeiro deles caracteriza-se pela forte expansão em termos de comércio exterior, fundamentado no aumento das exportações primárias e na queda relativa das exportações manufatureiras. O segundo aspecto se refere à reestruturação de um virtual pacto de economia política após a crise cambial de 1999, articulando a acumulação de capital no setor rural como política de Estado. Neste sentido, destacam-se a expansão das cadeias agroindustriais, da indústria extrativa mineral e do sistema de crédito público e do mercado de terras, contemporâneos ao expressivo aumento dos mercados mundiais de commodities (DELGADO, 2010, p. 46 *apud* GONÇALVES, 2016, p.46).

Deste modo, o Brasil se torna uma das principais fronteiras de extrativismo por despertar interesse em diferentes empresas transnacionais, das quais só na “primeira década do século XXI, conforme Gonçalves (2016, p.46), entre os anos 2001 e 2010, fizeram as importações globais saltarem de US\$ 31 bilhões para US\$ 230 bilhões, um crescimento exorbitante em um curto período, resultado da atuação de 1781 companhias que correspondem a 85% das instalações empresariais de extrativismo no Brasil” (ANTONINO, 2017, p.3). De fato, um país com forte potência econômica de base extrativa, mas que em contrapartida está “entre os países que apresentaram o maior número de conflitos envolvendo os empreendimentos” (GONÇALVES, 2016, p. 43), gerando fragmentação das sociabilidades locais, como a

expropriação do campesinato e subordinação dos governos aos interesses das empresas privadas.

Assim, como na “história mais ampla da América Latina, o "Brasil se inscreve pela exploração intensiva de recursos naturais; ao longo do tempo suas economias foram sustentadas pela extração” (CASTRO, 2017, p.26) E, por este motivo, viabilizam este tipo de investimento, que apresenta “interesses econômicos mundiais sobre os recursos naturais de solo e subsolo que têm levado, continuamente, ao aumento das pressões sobre os territórios mais preservados no mundo, como é o caso da Amazônia com maior incidência de terras agricultáveis, de florestas com rica biodiversidade e água abundante.” (CASTRO, 2017, p.22) que tem 60% do seu território em solo brasileiro.

A Amazônia, por sua vez, maior floresta tropical do mundo, que abriga a maior bacia hidrográfica do mundo, cuja grandeza de seus bens naturais, de sua biodiversidade, da riqueza de seu subsolo, se estende por um território de 4,196.943 milhões de km<sup>2</sup> (IBGE,2004), protagoniza ao longo da história intensas disputas, tanto de sentidos, quanto territoriais para práticas extrativistas, conflitos que se tornaram quase que rotineiros na história de integração dos povos da Amazônia.

Desde o início da colonização (séc. XVI/ XVII) os povos originários da Amazônia foram submetidos a uma injustiça ambiental recorrente, por meio de um processo de expropriação e violência que ditou os processos de ocupação e formação social da região, que incluem desde a sobreposição da religião para o controle dos indivíduos, deslocamentos forçados para territórios estratégicos com intuito de garantir mão-de-obra,(...) e para facilitar a exportação de matéria prima (CASTRO; CAMPOS 2019, p.21). Tal domínio político e econômico em escala global provocou “rupturas culturais (ESCOBAR, Arturo, p.2002. *apud* HAZEU, 2015, p.19) e dizimou sociedades que ali viviam há milênios "Neste contexto de colonização, dominação, escravatura e resistências, foram construídas novas identidades, novos territórios (relação política e cultural com o espaço vivido) e novas relações sociais". (HAZEU, 2015, p.75) Nessa perspectiva, reafirmamos que esse estudo busca reconhecer processos e práticas comunicativas de atores locais em suas lutas por fazer valer seu direito ao uso e defesa da natureza e de seus territórios. Diante da necessidade de toda análise, dá-se este conflito na prática em um dado tempo e lugar.

Para isto, vamos direcionar nosso olhar no próximo capítulo para a conformação histórica e social dos conflitos socioambientais em Barcarena, onde tentamos compreender não só as relações de poder estabelecidas a partir do modelo e padrão global, mas para, a partir disso, observar quais os usos da comunicação como meios de enfrentamento aplicados diante

das desigualdades, com recorte para o desastre ocorrido em 2018 na bacia de rejeitos da Hydro Alunorte, maior empresa mercado mundial de alumínio.

### 3 CONFLITOS E RESISTÊNCIA EM BARCARENA

#### 3.1. Barcarena - cena em foco no estudo

Na perspectiva do modelo de desenvolvimento extrativista é possível afirmar que "a nova inserção no "mercado globalizado se caracterizou pela função da Amazônia como fornecedora de matérias-primas (...) e Barcarena foi escolhida como lugar de implantação" (HAZEU, 2015,p.97) de projetos de grande escala, devido a sua localização em território rico em produtos minerais e com fácil acesso de transporte para exportação. Por sua vez,

“O poder decisório e a gestão estavam centrados no governo federal, autoritário e ditatorial, que dividia algumas ações com o governo estadual. Os impactos dos projetos e planos elaborados em Brasília recaíram sobre a população e os gestores de Barcarena, sem que estes tivessem direito a voz e voto. Mais tarde, com a redemocratização do país e a nova Constituição de 1988, os municípios conquistaram mais autonomia política e importância na gestão, com a municipalização das políticas públicas. Em Barcarena, porém, este novo contexto não significou uma reorganização do poder de decisão e de gestão com referência ao rumo, futuro e desenvolvimento do território (HAZEU, 2015, p. 97).

Um contexto antidemocrático, que faz Barcarena ser, há algumas décadas, palco de conflitos dos projetos de grande escala (PGEs) relacionados aos mais diversos segmentos, mas principalmente àqueles voltados para beneficiamento e exportação de caulim, alumina, alumínio e cabos para transmissão de energia elétrica, com um fluxo crescente no volume do transporte de produtos minerais, seja por meio fluvial, ferroviário, rodoviário e aéreo, além do transporte por dutos (gasodutos, minerodutos, oleodutos etc.) (HAZEU, 2015, p.134). Fazendo parte, portanto, de um cenário no qual a economia local é dependente e pautada pelo capital estrangeiro (NASCIMENTO, 2010), onde o global vem implicar em decisões e alterações das vivências tradicionais. No caso de Barcarena, dialogando com Hazeu e Rodrigues (2019), seria a naturalização de dores, sofrimentos e doenças, e “regimes de permissão”, concedidos pelo Estado, para poluir, amputar, empobrecer e “matar” lentamente, com metais pesados, populações mais vulneráveis.

Até os anos de 1980, o território de Barcarena, “era predominantemente agrário e voltado para os rios. Hoje ele ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial,

tanto em relação aos mercados de mineração quanto de agronegócio” (HAZEU, 2017, p.82). Como resultado, o município tem passado por uma série de crimes socioambientais<sup>4</sup>, onde têm suas casas, saúde e vida social comprometidos pelas decorrências dos interesses corporativos (MAIA, 2017). O qual, devido a instalação de novas empresas em Barcarena, cerca de 10 mil pessoas entre 1979 a 2015 (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.376), foram deslocadas de seus territórios mais de uma vez, muitas ficaram isoladas entre as empresas sendo “afetadas diretamente pela poluição” (HAZEU, 2017, 86). Os moradores das comunidades atingidas contam mais de 30 anos de impactos e desastres da mineração no município, com um total de 14 desastres de 2002 a 2018, contabilizados pelos próprios moradores. São eles:

(...) derramamento de coque no rio Pará (2003), vazamento de grande proporção de lama vermelha da bacia de rejeitos da Alunorte contaminando o rio Murucupi, além de soda cáustica no rio Pará (2003), vazamento de material tóxico da bacia de rejeitos da empresa Ymerys contaminando os igarapés Curuperé e Dendê (2004), contaminação, de novo, com soda cáustica no rio Pará (2005), outros vazamentos da bacia de rejeitos da Ymerys sobre o rio Pará (2006 e 2007), vazamento de caulim nos rios das Cobras e nos igarapés Curuperé, Dendê e São João (2008), vazamento da lama vermelha de bauxita da Alunorte (2009), grossa nuvem de fuligem (2010), lançamento de efluentes ácidos pela empresa Ymerys nos igarapés Dendê e Curuperé, (2011), contaminação dessa mesma empresa no rio Maracá (2012), e, de novo, de lançamento tóxico nos igarapés Curuperé e Dendê (2014), contaminação das praias do rio Pará e do igarapé Dendê por metal pesado e resíduos de esgotamento urbano (2016) e, o maior deles, o de 2018, um grande vazamento de rejeitos da Hydro-Alunorte com a descoberta de dutos clandestinos e desvios criminosos de drenagem, crimes que poderiam ter sido evitados, se todos os desastres anteriores não tivessem sido tolerados, permanecendo sem grandes custos e penalidades para os agentes infratores. (CASTRO; CARMO, 2019, p.10).

Tais fatos desestruturaram o modo de vida local, promovendo uma transgressão que, por sua vez, pressupõe uma espécie de “licença de permissão” de crimes ambientais a empresas concedidos pelo Estado, que decorrem de condutas agressivas diversas: da não fiscalização de barragens, ocultamento de dados, audiências públicas sem a participação popular geral, ausência processos deliberativos, injustiça ambiental; altos níveis de degradação ambiental; violação de direitos humanos e étnicos de povos tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos) (RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, p.157-159), que configuram processos devastadores de injustiça ambiental no município, com impactos à natureza e à saúde das pessoas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> A Altemar Nascimento (2010) em sua dissertação “*Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena/Pará*”, narra uma série de acidentes constatados desde o início do século XXI, em sua maioria, tornados públicos por meio de denúncias feitas pelas comunidades locais.

<sup>5</sup> Segundo estudos realizados pelo Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (LAQUANAM, 2018 *apud* PEREIRA, 2019), 80 % dos indivíduos expostos às águas contaminadas por rejeitos da usina da Hydro em Barcarena, apresentaram níveis de chumbo no organismo mais do que três vezes acima dos valores de referência, além de níveis superiores de outros 20 elementos químicos, como o Crômio e o Níquel.

Por outro lado, considerando que “o território é a própria manifestação do ser social”, é também perceptível em Barcarena, “a crescente consciência política, forjada na histórica daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial (CARMO, HAZEU, COSTA; NASCIMENTO, 2017, p.383). Uma consciência política expressa em protestos, reuniões e demais organizações sociais na formação de uma voz coletiva, que evidencia com essas mobilizações uma busca por influenciar o processo decisório e político da região.

A dominação, injustiça social e racismo ambiental “trouxeram aprendizagens para a comunidade e as pessoas diretamente atingidas pelos impactos socioambientais (CARMO, 2010 *apud* HAZEU, 2017, p.95), as quais buscaram compreender as dinâmicas de “funcionamento do Estado, o significado de direitos constitucionais, as contradições do mundo “moderno” e a importância de educação, formação, aliança e organização (HAZEU, 2017, p.95). Deste modo esses conflitos “não podem ser considerados inexoráveis, pois na dinâmica dialética da história há um contramovimentos que emergem e vêem esses episódios como energia para a organização social e política” (HAZEU, 2017, p.383). Em suma, a tentativa do apagamento local acabou por gerar, também, respostas inversas, através de ações estratégicas e coletivas das pequenas unidades de mobilizações atingidas presente no território.

Isto se tornou possível pelas percepções que se difundiram através “da comunicação e vivência em rede, de laços familiares e comunitários pré-existentes” das convivências dos grupos atingidos que precisaram se “organizar, resistir, perceber criticamente sua condição, e enfrentar luta por direitos, mesmo diante da “desestruturação das relações sociais em comunidade” pelos constantes deslocamentos (CARMO; HAZEU; COSTA; NASCIMENTO, 2017, p.376) e do jogo de forças desiguais.

Deste modo, da mesma maneira que há um conflito histórico desproporcional há simultaneamente enfrentamento que também se desdobra no tempo e que vai contra as forças de dominação, por meio da resistência e luta por reconhecimento de direitos do bem comum, que se refere não apenas à terra, a água, ar e solo, mas também ao convívio comunitário. O direito à comunicação de acesso aos meios e às condições de produção de suas próprias narrativas é também fundamental ao alcance de visibilidade pública e política de suas lutas e demandas sociais.

---

### 3.2. O desastre da Hydro Alunorte e o apagamento das vozes populares na cobertura midiática

Na segunda-feira, dia 17 de fevereiro de 2018, moradores de Barcarena passavam por mais uma descoberta de vazamento de rejeitos da empresa Hydro Alunorte, uma multinacional norueguesa, que atualmente possui 2,69 bilhões de dólares em ações emitidas, sendo que o estado norueguês possui 34,7% destas ações<sup>6</sup>. Com base em dados de 2017, uma média de 14% da produção da Hydro Alunorte (de Barcarena) é destinada ao mercado interno brasileiro e os outros 86% à exportação.

Atualmente, a empresa exporta principalmente para os mercados do Canadá, Noruega, Islândia, Rússia, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, Letônia, Japão e México (SEDEME, 2019). Possui bases e escritórios nas cidades de Belém, Itu, Barcarena, Paragominas, Rio de Janeiro, Santo André, Trombetas, São Paulo e Tubarão. Em 2010, a Hydro comprou os ativos referentes à produção de bauxita, alumina e alumínio da Vale (por 4,9 bilhões de dólares), que receberia 1,1 bilhão de dólares em dinheiro e uma participação de 21,6% na Hydro, avaliada em 3,1 bilhões de dólares (SOLSVIK; MOSKWA, 2019). A aquisição incluiu as operações de mineração de bauxita, em Paragominas, a participação majoritária na maior refinaria de alumina do mundo, Alunorte, e a participação de 51% na principal empresa de alumínio do Brasil, a Albras. Por fim, em 2013, a Hydro comprou 407.122.241 de ações da Vale, por US\$ 1,656 bilhão (...) nesse mesmo ano, realizou a fusão com a SAPA Aluminium, por um valor equivalente a US\$ 3,381 bilhões. Nesse cenário, houve a expansão das atividades produtivas da Hydro Alunorte em Barcarena, como também das suas barragens de rejeitos. (RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, 153/154).

A empresa norueguesa Norsk Hydro adquiriu a Alunorte em 2010, que integra o complexo industrial Albrás/Alunorte (alumínio e alumina, respectivamente), localizado no município de Barcarena-PA, situado a 50 km de Belém, e concebido de forma integrada ao Programa Grande Carajás<sup>7</sup> tendo como contexto os Planos de Nacionais de Desenvolvimento e Integração implantados durante o regime militar no Brasil. Até o ano de 2010, o controle da Alunorte pertencia à antiga estatal brasileira Vale do Rio Doce (hoje Vale), quando foi vendida

<sup>6</sup> Entre os demais acionistas, destacam-se os investidores : State Street Bank and Trust Comp (Estados Unidos), Clearstream Banking (Luxemburgo), HSBC Bank (Grã-Bretanha), J. P. Morgan Bank Luxembourg (Luxemburgo), Banque Pictet e Cie (Suíça), J.P Morgan Chase Bank (Grã-Bretanha) e Euroclear Bank (Bélgica)(RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, 153/154).

<sup>7</sup> O Programa Grande Carajás – PGC foi criado em 1980, e objetivava reunir uma série de projetos (mineração, processamento de minérios, agropecuária e exploração madeireira) implantados ao longo de uma área total de quase 900.000 km, entre os estados do Pará, Tocantins e Maranhão. Ao todo, a área total do projeto abrangia 220 municípios e 33 microrregiões (ANDRADE, 1987, p. 40 *apud* Nascimento, 2019).

à norueguesa Norsk Hydro, constituindo um dos maiores processos de desnacionalização em atividades minerárias no Brasil (FOLDER, 2019).

Na ocasião do desastre, em fevereiro de 2018, conforme notícias na imprensa, a Hydro respondia "a 2 mil processos judiciais por contaminação de rios e comunidades de Barcarena", acumulando "17 milhões de reais em multas pelo transbordamento de lama tóxica em 2009" (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020, p.309). Contudo, a empresa continua funcionando normalmente.

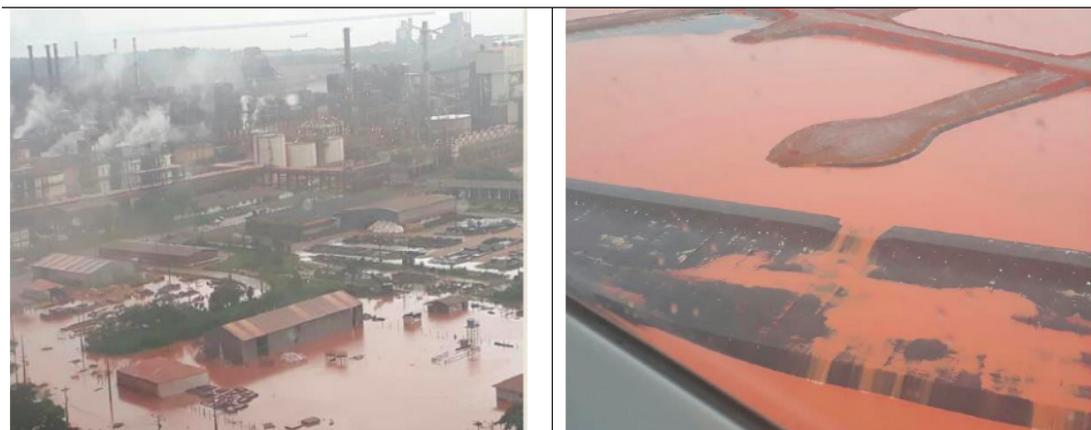
**Figura 1: Mapa de Barcarena e local do desastre de 2018.**



Fonte: Relatório Final da Comissão Externa de Barcarena - Câmara Federal (2018).

No caso de 2018, com o transbordamento de rejeitos da bacia SR2, moradores da região foram direta e indiretamente atingidos, em especial de três comunidades mais próximas à empresa: Bom Futuro, Vila Nova e Burajuba. Ficaram sem água para beber, para uso doméstico e impedidos de pescar para se alimentar. Posteriormente, parte das atividades da fábrica foi suspensa por medida judicial como forma de evitar que os danos fossem ainda piores.

**Figura 2: Imagens do transbordamento de rejeitos tóxicos na Hydro Alunorte - Barcarena**



Fonte: Relatório Final da Comissão Externa de Barcarena - Câmara Federal (2018).

As primeiras denúncias de alagamento e do vazamento de rejeitos da Hydro foram feitas pelo Ministério Público no dia 17 de fevereiro de 2018, por moradores da Comunidade Bom Futuro, próxima à planta industrial. Além do vazamento inicial, outras irregularidades foram identificadas na empresa no decorrer de vistorias e investigações: a existência de uma tubulação clandestina, que lançava material contaminado no meio ambiente; de um canal antigo, de onde saíam efluentes não tratados; e de um desvio de drenagem de água da chuva do galpão de carvão (FOLDER, 2019).

Inicialmente, o vazamento foi negado várias vezes - pela vistoria da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (SESMA); pela empresa, que chegou a admitir a existência de um duto clandestino; e também pelo governador, que alegou que parte do vazamento era devido às chuvas que tinham ocorrido naquele período, apontando o ocorrido como um desastre natural. Na contramão do negacionismo e da naturalização do desastre, laudos do Instituto Evandro Chagas (IEC) confirmaram a contaminação nas comunidades vizinhas e cursos d'água, em várias áreas de Barcarena, assumindo o status de um desastre socioambiental "de grande proporção" (RODRIGUES, HAZEU, NASCIMENTO, 2019, p.160).

Em 22 de março, ocorreu a primeira audiência pública em Barcarena – houve mais uma ainda em 2018 e outras duas em 2019. Durante todo esse tempo, segundo os estudos (Idem) a população manifestou sua insatisfação e a cobrança por providências em protestos em frente à sede da empresa em Barcarena. Quando completou dois anos do caso, foi realizada uma reunião pública, organizada pelos movimentos e o apoio de grupos de pesquisa da UFPA, nesse dia houve mais um protesto, desta vez com o fechamento da rua em frente a um dos prédios-sede do Ministério Público Federal em Belém.

### 3.2.1. A cobertura midiática do desastre

**Figura 3: Imagem da capa de jornal sobre desastre da Hydro**



Fonte: Diário do Pará (imagem da parte superior da capa do jornal 23 Fev.2018) *apud* STEINBRENNER; GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2019).

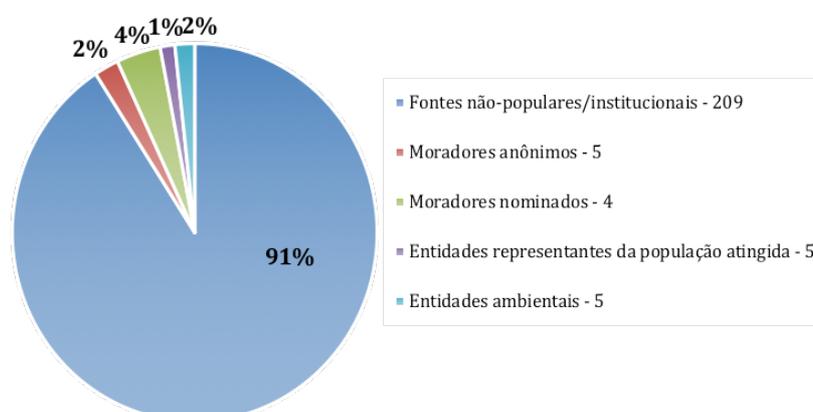
Segundo estudos desenvolvido por Steinbrenner, Guerreiro Neto, Bragança e Castro (2019, 2020), no qual nos apoiamos para trazer a cena da cobertura midiática do desastre, o vazamento de rejeito da Hydro Alunorte em Barcarena e seus desdobramentos foram noticiados pelas mais diversas mídias dentre elas jornais impressos, emissoras de TV abertas e por assinatura, sites de jornalismo, blogs e emissoras de rádio de alcance regional e nacional e internacional. Ou seja, foi um caso que obteve grande visibilidade e gerou intenso debate pelas mídias.

Especialmente nos primeiros meses de desdobramentos do desastre, o fato ganhou grande espaço noticioso, chegando a somar, nos três primeiros meses, 932 notícias publicadas em jornais impressos, noticiosos de rádios e tv, blogs e portais de notícia (Idem). Ao todo foram coletadas pelo estudo 1.322 publicações num período analisado de 8 meses (fev.-out/2018). Destas 525 foram veiculadas em jornais impressos, 348 em sites jornalísticos, 265 em emissoras de TV, 129 em blogs e 55 em rádios.

No dia seguinte (23 de fevereiro) à divulgação do primeiro laudo do Instituto Evandro Chagas, que confirmou a contaminação, conforme os autores, foram contabilizadas mais de 50

matérias jornalísticas publicadas em meios locais, nacionais e internacionais, porém no acionamento das fontes de informação para as notícias, foram privilegiadas no acionamento das vozes, quase na totalidade, as fontes técnicas e institucionais, com uma clara ausência das fontes populares. "De 230 fontes entrevistadas ou citadas pela imprensa nas 53 matérias jornalísticas produzidas naquele dia, menos de 10% (21) foram fontes populares, moradores, lideranças comunitárias ou representantes de entidades ou movimentos sociais/ambientais" (STEINBRENNER; GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020 p.325). Fato curioso, visto que foi por meio deles que a denúncia foi feita.

**Figura 4: Fontes na cobertura midiática do dia 23 fev. 2018 - tipo de fonte/número de vezes citada**



Fonte: STEINBRENNER; GUERREIRO NETO, BRAGANÇA, CASTRO, 2020.

O que motivou o recorte do nosso estudo foi justamente o fato da cobertura midiática do desastre ambiental da Hydro Alunorte, denunciado pelas comunidades locais, envolvendo uma megaempresa do mercado global de commodities minerais, ter alcançado repercussão nacional e internacional, porém com escasso espaço para as vozes populares e locais. Assim, como pretendemos mostrar nos próximos dois capítulos, buscamos, a partir de um estudo exploratório de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, identificar e reconhecer as outras vozes, usual e historicamente invisibilizadas, no sentido de compreender os processos e práticas de comunicação (FRANÇA, 2016) para resistência (PERUZZO, 1998) que marcaram nesse período as ações dos grupos sociais mobilizados em reação aos impactos ocasionados pelo desastre e na defesa de direitos e de seus territórios no município de Barcarena, entendido como "zona de sacrifício" da mineração (CASTRO, 2019).

### 3.3. Em busca das outras vozes: instrumentos de análise e percurso metodológico

Para refletir sobre o papel da comunicação nas experiências de enfrentamento das assimetrias históricas e socialmente construídas que atravessam os conflitos socioambientais no município de Barcarena, em especial no episódio do desastre socioambiental do vazamento da Hydro Alunorte, ocorrido em fevereiro de 2018, o presente estudo parte da seguinte pergunta de pesquisa: Quais os usos e meios de comunicação acionados pelos grupos sociais de Barcarena na resistência e lutas em defesa de seus territórios e por reconhecimento político?

Embora não haja uma única definição do que seria a comunicação, nosso ponto de partida é elucidar qual o entendimento que adotamos de comunicação e os objetivos que se coloca como estudo desta área, visto que, como diz França (2001, p.3) "na constituição de qualquer domínio de conhecimento, a definição de seu objeto de estudo é fundadora". Nos termos de Vera França (2016), que aqui partilhamos, a comunicação deve ser entendida para além da percepção de um ato de transmitir ou receber informação, mas sim como troca entre sujeitos "que estão inseridos em uma dada situação e, através da linguagem, produzem e estabelecem sentidos, conformando uma relação e posicionando-se dentro dela" (FRANÇA, 2016, p.153).

A comunicação, nesse sentido, se dá em uma dimensão relacional, praxiológica, de empiria, onde o ato interativo afeta os envolvidos no fenômeno social. Logo observa-se a comunicação como uma prática de ação no mundo, a qual gera uma dinâmica relacional que por sua vez, produz uma experiência pelo fato de afetar as partes envolvidas e por este mesmo motivo, pode ser considerada uma ação com o outro, onde a linguagem se torna o meio que os une. Evidenciando um espaço comunicacional diferente dos primeiros estudos da área, que entendiam a comunicação com mecanismo mecânico unilateral (FRANÇA, 2016), vemos a comunicação como um lugar que torna possíveis transformações sociais.

Assim, França (2016) apresenta alguns pontos para identificar um fenômeno e compreendê-lo enquanto prática comunicativa. Entre eles devendo se considerar: A comunicação como prática e ação que implica um trabalho de agente, de ação no mundo; A comunicação produz experiência, visto que constantemente estamos afetando e sendo afetado pelas pessoas, objetos e fenômenos sociais; A comunicação é interação, marcada pela reflexividade, alteridade, linguagem; A linguagem é o meio, a mediação, através do qual a interação se faz possível; O ato da comunicação se faz por meio de uma linguagem simbólica que é apreendida e recriada continuamente por aqueles que comunicam entre si.

Deste modo, o processo comunicativo trata-se de prática com o outro "de algo vivo, dinâmico – instituidor de sentidos e de relações; lugar não apenas onde os sujeitos dizem, mas também assumem papéis e se constroem socialmente; espaço de realização e renovação da

cultura" (FRANÇA, 2001, p.15). Contudo, como identificar e apontar um objeto de estudo da comunicação? Visto que os processos comunicativos têm uma correspondência empírica ampla? Deste modo levamos em consideração que:

Ao começarmos a estudar objetos e práticas enquanto comunicação, criamos o objeto comunicacional. É necessário, portanto, para desenvolver uma pesquisa em comunicação, uma discussão e uma tomada de posição sobre o que estamos entendendo como comunicação (...) e a concepção de comunicação que organiza nosso olhar sobre um objeto (uma prática) tratando uma determinada empiria, estaremos desenvolvendo um estudo comunicacional. (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p.157).

Em outras palavras, a autora não só reafirma que é necessário a especificação do que entendemos enquanto comunicação, mas também qual a linha que estrutura e guia nosso olhar sob a compreensão do objeto e análise que será feita dele, principalmente porque:

Os objetos do mundo não estão dados de antemão, nem são recortados por suas leis intrínsecas (...) Assim, os meios de comunicação ou a mídia, na sua aparente objetividade e simplicidade, não o são tanto assim, mas se desdobram em múltiplas dimensões – tais como a técnica, a política, a economia, o consumo, a vida urbana, as práticas culturais, a sociabilidade etc. Dimensões estas que não apenas irão “compor” o nosso objeto, mas se desenvolvem por caminhos próprios. (FRANÇA, 2001, p.4)

Os objetos de estudo, como explica a autora, "não equivalem às coisas do mundo, mas são antes formas de conhecê-las; são perspectivas de leitura, são construções do próprio conhecimento" (FRANÇA, 2001, p.05). Nesse sentido, como alerta ela, "o problema do objeto da comunicação é que ela tem sido muito pouco atenta àquilo que lhe é peculiar." Trabalhando com muitos aportes, os estudos respondem e analisam muitos aspectos, iluminados pelas teorias escolhidas, mas (...) deixam de responder e apreender a comunicação, os meios e a maneira que são colocados e consumidos por determinados sujeitos (FRANÇA, 2001, p.12).

A história contextualiza o aparecimento da comunicação como objeto, tanto voltado ao controle como também a uma tentativa de crítica ou transformação da mesma, como um laboratório social, onde o surgimento e a aceleração dos estudos comunicacionais "como objeto de estudo foi decorrência do peso que tomou a sua dimensão empírica: a importância e as transformações" (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p.157), intimamente ligadas "a motivações de ordem política e econômica" (Idem, p.36). Assim, por exemplo, os estudos na perspectiva latino-americana, que dialogam com nosso objeto, inauguram na região uma perspectiva de comunicação popular, alternativa e comunitária, com um papel importante à organização e mobilização social, atravessada pelo senso crítico e anti-imperialista a partir dos anos de 1970,

em reação e como resistência ao autoritarismo que imperava em parte dos países da região (PERUZZO, 1998).

A corrente latino-americana das teorias de comunicação, principalmente por nomes como Ramiro Beltrán, Raul Bordenave e Paulo Freire, se destacam por trazer como cerne a questão da democratização dos meios de comunicação, a dialogia e a emancipação popular como reforço às resistências e à transformação social. Para além disso, os estudos latino-americanos também trouxeram reflexões críticas importantes nos estudos e análises dos meios sobre as condições do subdesenvolvimento e periferia econômica, vinculadas aos processos de dominação de uns países por outros. Também outras concepções se destacam nos estudos dessa corrente, como as de violência política; comunicação horizontal; formulação dos processos de incomunicação e modelo dialógico da comunicação (com elementos de acesso; diálogo participação; direito comunicação; necessidade de comunicação, o recurso da comunicação; e a liberdade); enfim, trouxeram o levantamento de fatores do contexto do local interconectado aos de dominação global, que perpassa a análise do objeto de comunicação.

### 3.3.1. Processos comunicacionais e midiatização

Logo, o foco de nosso estudo são os processos comunicacionais e de midiatização de um dado contexto, ou seja, nosso objeto são as práticas comunicativas dos grupos sociais de resistência em Barcarena, em especial no que diz respeito à identificação e compreensão do uso que eles fazem da comunicação nas suas lutas cotidianas por direitos e reconhecimento. Sobre o recorte temporal específico e as ferramentas metodológicas utilizadas para tal iremos discorrer melhor mais à frente. Antes, gostaríamos de promover uma breve discussão sobre o conceito de midiatização que abriga a noção de processos comunicativos contemporâneos. A midiatização possui obrigatoriamente o envolvimento de algum dispositivo, uma "mídia", um meio, tecnológico e digital nos dias de hoje ou o papiro ou o papel de antigamente, e tem como questão principal a influência e poder que esta conexão pode exercer na construção de realidade, percepções, sentidos e efeitos políticos.

De acordo com Sodré (2006), mediação nomeia a ação interativa que permite a comunicação, daí a linguagem ser um tipo de mediação universal. Por sua vez, midiatização descreve um processo no qual a mídia, uma vez imersa nas atividades cotidianas, “se torna uma espécie de suporte da consciência prática na medida em que os fluxos informativos fazem interface, reorganizam ou mesmo inventam rotinas inscritas no espaço-tempo existencial” (SODRÉ, 2006, p. 29 *apud* SANTOS; MENEZES; FERNANDES; SATUF 2019, p.162).

A noção de midiatização contempla possibilidades de intersecção “entre processos sociais e processos de comunicação, incidindo sobre as materialidades dos dispositivos midiáticos em seu conjunto (espaço, tempo, agenciamento sógnicos, técnica e tecnologia)” (FERREIRA, 2007, p. 11). Conforme Fausto Neto (2006, p.14), a midiatização atua em vários cenários, se passa em vários níveis da vida social, caracterizados como ambientes e lugares, "no sentido de que ela teria como referência matricial lugar de organização e de funcionamento". Um funcionamento “diretamente associado a mecanismos de estratégias, segundo ações que tratariam de dar forma às suas manifestações e aos seus imbricamentos com outras práticas não midiáticas”.

Esse entendimento das várias dimensões da vida social transversalmente atravessada pela noção relacional da midiatização, é relevante ao nosso estudo, na medida em que os processos comunicacionais dos grupos sociais em localidades do interior da Amazônia, as ações coletivas tornadas públicas, parecem combinar dinâmicas da sociedade informacional, regidas por mecanismos e dispositivos digitais e virtuais, aos modos de convivência regidos pelas tradições da comunicação face à face e pelo uso de dispositivos materiais. Ou seja, combinam-se nas estratégias das lutas sociais os territórios concretos e os territórios digitais, assim nos questionamos “como podemos encontrar uma abordagem prática à pesquisa da midiatização quando a era em que vivemos é formada pela “mediação de tudo”? Como podemos desenvolver esse tipo de análise se o foco não é simplesmente um meio único” (HEPP, 2014, p.46). Nos aproximamos do entendimento do autor, que reflete os estudos em midiatização a partir do agrupamento da tradição socioconstrutivista e institucionalista propondo uma análise transmidial para teorizar as mudanças sociais relacionada à ação do homem sob a mídia. Neste sentido:

“A tradição institucional tem, até recentemente, estado interessada principalmente na mídia tradicional de massa, cuja influência é descrita como uma lógica de mídia, a tradição socioconstrutivista está mais voltada às práticas de comunicação cotidianas – especialmente aquelas relacionadas à mídia digital e à comunicação pessoal” (HEPP, 2014, p.47).

Desse modo, busca-se refletir sobre as mudanças sociais relacionadas à mídia e vice-versa, à ressignificação popular do que lhe é dito, baseado “no argumento de que o mundo social dos seres humanos não é dado, mas ‘construído’ na interação social”. (SANTOS; MENEZES; FERNANDES; SATUF 2019, p. 168). Essa visão nos leva a uma compreensão mais próxima dos estudos voltados a práticas sociais cotidianas, com foco nos efeitos dessas interações, nas mídias e nos processos comunicacionais. Nesse sentido, olhamos

“Os modos como a mediação atua no que acontece com a comunicação quando indivíduos, instituições e organizações utilizam a mídia, e se a sociedade e a cultura como um todo dependem de uma mídia específica (Krotz e Hepp, 2013: 123). Ao fazer isso, enfatizamos a necessidade de refletir sobre as instituições e organizações também de uma perspectiva socioconstrutiva” (HEPP, 2014, p.50).

Em outras palavras, como essas relações de maneira geral se afetam a longo prazo, a sua força de moldagem, contudo atualmente várias mídias estão envolvidas e moldam a sociedade e os meios de comunicação de diversas maneiras, por este motivo a razão de uma análise transmídia. Assim a “mediação presente é caracterizada pelo fato de que vários campos da cultura e da sociedade são comunicativamente construídos por meio de uma variedade de mídias ao mesmo tempo” (HEPP, 2014, p.54). Por isso a necessidade de descrição de um quadro abrangente das redes que interseccionam esse campo em várias escalas e de modos diferentes em um processo de reinvenção. “Pesquisar os mundos mediados, portanto, implica também investigar a passagem de um mundo mediado ao outro (HEPP, 2014, p.55) que vão se segmentando em diferentes esferas com diferentes configurações.

Com tal orientação geral, o termo mediação sugere tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Em relação aos aspectos quantitativos, a mediação refere-se à propagação temporal, espacial e social cada vez maior da comunicação midiática. Isso quer dizer que, com o tempo, temos nos tornado cada vez mais acostumados a nos comunicar pela mídia em vários contextos. Em relação aos aspectos qualitativos, a mediação se refere ao papel da especificidade de certas mídias no processo de mudança sociocultural (HEPP, 2014, p.51)

Assim, Hepp (2014), propõe que a análise empírica das “configurações comunicativas”, seja desmembrada em quatro dimensões:

- 1) Uma constelação de atores;
- 2) O enquadramento temático da interação;
- 3) As formas de comunicação (padrões concretos de práticas comunicativas);
- 4) O conjunto de mídias envolvido no processo (articulação midiática).

A constelação se baseia aos atores que fazem parte dessa rede e que de certo modo são sua base estrutural; O enquadramento temático são assuntos servem "como tópico de ação-guia" para o levantamento dos conteúdos tratados pelos atores; As formas de comunicação,

entendemos em nosso estudo como os modos de comunicação as práticas estabelecidas; E, por último, a relação desse conjunto de mídias acionadas por essa configuração.

Deste modo, evita-se uma análise por um único tipo de mídia, uma vez que as configurações comunicativas geralmente ocorrem num cenário atravessado simultaneamente por diferentes modalidades midiáticas. É o que ele chama de "transmidialidade", principalmente pelo "cruzamento entre os meios de comunicação tradicionais e as tecnologias mais recentes", presente na forma como a corrente dos processos de midiatização (HEPP; HASEBRINK, 2015, p.76 *apud* SANTOS; MENEZES; FERNANDES; SATUF 2019 p. 165).

Nosso percurso metodológico vai ao encontro com essas noções e o desmembramento proposto por Hepp, porém nos detemos à identificação dessa constelação e sua configuração midiática, sem a análise aprofundada dos fluxos de conteúdo que circulam entre as mídias (online e offline). Nesse sentido, a exemplo do autor, entendemos a “transformação sociocultural como parte das práticas de comunicação cotidianas, e como a alteração dessas práticas está relacionada à construção da realidade comunicativa em mudança.”. Assim, nosso foco não se fecha a uma mídia específica e sim os meios ou mídias, os modos e práticas comunicativas encontrados pelas comunidades atingidas pelo desastre da Hydro como possibilidade de articulação/transformação social.

### 3.2.2. Percurso Metodológico: em busca das vozes de resistência

Assim, retomando o objetivo desta pesquisa, buscamos identificar, analisar e compreender os usos que os grupos locais fazem da comunicação como estratégia de resistência em torno dos conflitos socioambientais, tendo como foco e recorte o desastre ambiental de fevereiro de 2018, envolvendo a empresa Hydro Alunorte no município de Barcarena, no Estado do Pará. Consideramos para coleta e análise o período de 24 meses após a data do vazamento, assim sendo de 17 de fevereiro 2018 a 18 fevereiro de 2020 que foi quando completaram dois anos do desastre e foram realizados dois eventos coletivos para demarcar o acontecimento - uma ampla reunião pública e um protesto popular na cidade.

Deste modo, considerando esse período de tempo, realizamos os seguintes procedimentos de pesquisa:

1. **Identificação das lideranças e principais movimentos/grupos sociais locais** mobilizados na luta e resistência no caso do desastre da Hydro Alunorte através de acompanhamento da participação dos debates públicos realizados no município;

2. **Entrevistas com as lideranças sociais selecionadas** e identificação das organizações/grupos de mobilização que integra/participa e dos meios, ações e produtos de comunicação desenvolvidos/acionados por elas como resistência;
3. **Identificação e análise das práticas comunicacionais** (temas, meios, produtos e seus usos) por meio do levantamento de redes sociais das lideranças e dos grupos/movimentos que integra/participa.

Por meio dessas três fontes, pudemos levantar às quatro dimensões abordadas por Hepp (2014) (Constelação de atores; enquadramento temático; formas de comunicação; conjunto de mídias envolvidas) para delinear um panorama da comunicação exercida pelo campo da resistência em Barcarena, dos grupos sociais que vivem em um contexto formado por um cenário histórico de assimetria de poder e fazem dos dispositivos de comunicação instrumento de suas lutas.

### **Levantamento de Dados**

Inicialmente fizemos uma busca preliminar de pesquisas científicas já realizadas. A pesquisa bibliográfica consiste numa etapa obrigatória a qualquer estudo científico, cuja metodologia indica recolher uma amostra seletiva de leituras e de dados (CASSINI e ALMEIDA, 1999, p.15) a partir de “um conjunto ordenado de procedimentos de busca, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA e MIOTO, 2007, p. 38). Por isso, voltamo-nos as pesquisas acerca do cenário vivido em Barcarena devido à instalação das indústrias e notícias a respeito do caso de 2018.

As leituras e os levantamentos documentais contribuíram com um conjunto de dados - como perfil socioeconômico da população, conflitos socioambientais que ocorreram durante os últimos anos, e características das notícias que repercutiram a respeito do caso do vazamento de 2018 que indicou uma ausência das vozes das populações tradicionais. Nos fazendo partir em busca dessas vozes locais que estavam envolvidas no caso.

Com isto, levantamos os encontros públicos realizados e registrados que ocorreram entre os 24 meses após a data do vazamento (17 de Fevereiro de 2018), nos fazendo chegar em 05 encontros onde quatro deles se tratam das audiências públicas convocadas pelo Ministério Público do Pará, que estão gravadas e disponíveis no canal do Youtube MPF-PA e que ocorreram nas seguintes datas: 22/03/2018, 16/10/2018, 15/02/2019, e 27/11/2019. Enquanto o último se tratava de uma roda de conversa organizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados, do Núcleo de Altos Estudos

Amazônicos (GETTAM/NAEA), pelo Grupo de Estudo Sociedade, Território e Resistência na Amazônia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (GESTERRA/ICSA), e pelo Movimento Barcarena Livre, que também foi gravada e disponibilizada para este estudo por pesquisador integrante do GETTAM. Nesta etapa selecionamos as pessoas que mais se fizeram presente nesses debates, e os grupos/movimentos que elas fazem parte com intuito de levantar o nosso corpus de pesquisa, que seriam as resistências mais envolvidas nesse caso. Para além disso, levantamos os temas mais abordados por elas nas audiências com intuito de entender o enquadramento temático em torno desse debate.

Também lançamos mão de roteiros de entrevistas semiestruturada (ANEXO A), que se trata de uma entrevista próxima à conversação comum com “um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões” (LIMA, 2016, p. 27). As entrevistas semiestruturadas foram feitas de forma remota, em função do cenário da pandemia pelo novo coronavírus, via celular com suporte do aplicativo Recall para gravação da conversa e confirmação dos dados com maior segurança.

Para isto, entramos em contato, anteriormente, com os participantes, repassamos o termo de consentimento livre esclarecido (TCL) informando sobre a pesquisa, seus objetivos, procedimentos e riscos. Informando também que o uso dos dados são para uso estritamente acadêmicos e destacamos ainda que a sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo e incluímos mais detalhes em PDF (ANEXO B), por sua vez o documento foi enviado e concordado antecipadamente pelo participante da pesquisa via whatsapp aplicativo de interação intensamente difundido entre os comunitário, com o consentimento deles, prosseguimos com a entrevista e em seguida com o mapeamento das plataformas online utilizadas.

Para o mapeamento das plataformas online, fizemos a busca por essas pessoas manualmente na ferramenta de busca do Instagram, Facebook, Twitter e Youtube e confirmamos com os participantes a existência de tais plataformas. Após o levantamento das plataformas online utilizadas, houve um levantamento das postagens acerca do desastre de 2018, feita por eles e organizações selecionadas como corpus desta pesquisa, sejam essas postagens publicadas, compartilhadas ou marcadas.

O intuito foi delimitar o enquadramento temático sobre o que é dito pelas resistências mais ativas nesse conflito? com que frequência? e com quais modos? com o objetivo de delinear o que chamamos de campo de resistência comunicativa em Barcarena, a partir da identificação do uso dos meios de comunicação, digitais (online) e físicos (offline), se aproximando daquilo que Hepp define como configurações do processo de mediatização.

Para fins de interpretação e análise, os dados coletados foram sistematizados em tabelas

e formulários de apoio<sup>8</sup> para serem contabilizados em termos de frequência, tanto para identificar uma possível rede de articulação no campo da resistência de Barcarena - organizações citadas nas entrevistas ou evidenciadas nas postagens - como para buscar desenhar um painel da resistência comunicativa acionada por esses grupos sociais nas suas ações de luta por direitos e defesa de seus territórios - plataformas físicas de comunicação (produtos como cartazes, faixas, panfletos, folder etc.) citadas ou com uso evidenciado nas redes sociais pesquisadas.

### 3.2.3. Delimitando o objeto e o corpus da pesquisa

Para selecionar as lideranças mais presentes e com maior participação nos debates públicos, identificamos o número total de falas realizadas pelos presentes, considerando os cinco encontros, conforme tabela 2:

**Tabela 1: Contabilização das falas/participação para a seleção de lideranças nos debates públicos.**

Encontros Públicos						
Descrição	Data	Inscritas	Desistências	Não identificadas	Falas total	Contabilizado para fins de pesquisa
Audiência Pública	22/03/18	46	05	04	41	37
Audiência Pública	16/10/18	41	07	01	34	33
Audiência Pública	15/02/19	57	16	04	41	37
Audiência Pública	27/11/19	15	x	05	15	10
Roda de Conversa	25/01/20	25	x	04	25	21
		184	28	20	156	138

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta tabela, além da descrição e da data do encontro, incluímos informações de pessoas inscritas para se pronunciarem em público, ou seja, esse número se refere às pessoas que se inscreveram para se pronunciar. Incluímos também o número de desistência, que diz respeito às pessoas que desistiram de falar ou que não estavam mais no local no momento em que foram chamados para se pronunciar. Há também as pessoas que falaram, mas não se identificaram antes de falar, não sendo possível reconhecer seu nome ou da comunidade da qual fazem parte,

<sup>8</sup> O formulário sobre as organizações utilizado por esse estudo integra as ferramentas de pesquisa desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa do Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia.

ou por problema técnico do registro gravado disponível na internet, não foi possível identificar o participante. Todos esses casos não foram considerados no universo do estudo. Incluímos, ainda, na tabela, o total das falas feitas nesses eventos e, por fim, as falas contabilizadas para fins de estudo em nossa pesquisa.

Quanto à frequência de participação nos debates públicos, critérios que estabelecemos para identificar as lideranças locais mais ativas, constatou-se que dentre 138 pronunciamentos, 70 deles foram de pessoas que foram apenas uma (01) vez aos eventos realizados, enquanto 68 pronunciamentos foram feitos por pessoas que estiveram presentes aos debates públicos mais de uma vez. Dentro do quadro dos mais assíduos selecionamos os moradores que estiveram presentes em pelo menos 03 dos 05 encontros públicos. Assim, chegamos a um recorte de 14 pessoas a serem entrevistadas pela pesquisa: 06 homens e 08 mulheres. Contudo, uma das pessoas faleceu, duas delas tiveram problemas graves de saúde e uma última aceitou fazer parte do estudo, porém o contato foi perdido visto que não tivemos mais nenhum retorno, nem no Facebook, Whatsapp, ou ligação por celular. Em suma, totalizamos o grupo de lideranças a serem entrevistadas em 10 pessoas (sendo 06 mulheres e 04 homens), que serão tratadas a partir de agora apenas pela menção de "participante", tanto quando o conteúdo analisado fizer referência às audiências quanto ao resultado das entrevistas.

Os participantes selecionados para pesquisa apareceram nas audiências públicas e na reunião final (roda de conversa), se identificando como representando apenas um grupo social ou de mobilização, contudo, conforme o andamento da pesquisa, foi possível constatar que a maioria dos participantes tem envolvimento com mais de uma organização de resistência, na sua maioria de atuação local. Com isso, dentre os 10 participantes, a partir das entrevistas, foi possível identificar o envolvimento direto de 18 grupos de mobilização/organizações no caso do desastre da Hydro.

**Assim então se configura nosso objeto:** 10 lideranças sociais locais e 18 organizações/grupos de mobilização das quais as lideranças fazem parte ou entre as quais há articulação em prol das ações coletivas de resistência aos impactos do vazamento e seus desdobramentos, considerando um período observado de 24 meses a partir do desastre.

**Tabela 2: Delimitação do objeto de estudo**

Participantes/ Local de moradia/ no. de encontros que participou	Organizações sociais das quais participa
<b>Participante 01</b>	Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla de Itupanema (ABAROI)

<b>Vila Nova</b> Esteve em: <b>05</b> encontros	Associação Comunidade Vila Nova
	Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama)
<b>Participante 02</b> <b>Jardim Cabano</b> Esteve em <b>03</b> encontros	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJC)
	Movimento Barcarena Livre
<b>Participante 03</b> <b>Laranjal</b> <b>04</b> encontros	Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Laranjal (ACMBL)
<b>Participante 04</b> <b>Rio Mucuruçá</b> Se pronunciou em <b>03</b> vezes mas esteve em <b>05</b>	Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Mucuruçá (ATERIM)
	Fórum das Ilhas
<b>Participante 05</b> <b>Burajuba</b> Se pronunciou <b>02</b> vezes mas esteve em <b>03</b>	Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama)
<b>Participante 06</b> <b>Betânia</b> <b>04</b> encontros	Câmara Técnica de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho da Cidade
	Frente Nacional de Resistência Urbana
	Movimento Nacional Povo Sem Medo
<b>Participante 07</b> <b>Vila do Conde</b> <b>04</b> encontros	Centro Comunitário da Vila do Conde
	Associação de Moradores do Bairro Industrial
	Movimento Barcarena Livre
<b>Participante 08</b> <b>Sítio São João</b> Se pronunciou em <b>02</b> mas estava presente em <b>03</b>	Movimento pela Soberania popular na mineração (MAM)
	Associação do Sítio São João
	A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)
	Movimento Barcarena Livre
<b>Participante 09</b> <b>Industrial</b> <b>04</b> encontros	Associação de Moradores do Bairro Industrial
	Associação dos Comerciantes e Barraqueiros de Vila do Conde
	Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (Cainquiama)
	Movimento Barcarena Livre
<b>Participante 10 -</b> <b>São Lourenço</b> <b>03</b> encontros	Associação da Comunidade Quilombola de Gibrié de São Lourenço (ACOQUIGSAL)

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as perguntas que buscaremos responder no próximo capítulo estão algumas relativas ao perfil das lideranças e ao conteúdo produzido, marcados ou compartilhados por elas

sobre temas vinculados ao desastre da Hydro Alunorte, embora também buscamos situar a movimentação das redes sociais às lutas sociais cotidianas no sentido de tentar compreender a dimensão do desastre como evento mobilizador e/ou integrador das resistências.

Também analisaremos o uso da comunicação pelos grupos de mobilização/organizações dos quais participam as lideranças e outros citados por elas ou que tenham articulações e parcerias evidenciadas nos conteúdos das suas redes sociais. Para essa verificação, consideramos as seguintes fontes para coleta de dados:

- Audiências públicas e roda de conversa - Olhamos a frequência da participação, os grupos sociais/organizações que elas representam ou fazem parte; os principais assuntos levantados; como procederam na discussão, trouxeram críticas? elogios? dúvidas? etc;
- Entrevistas semi-estruturadas com lideranças selecionadas: As entrevistas foram aplicadas por conversa telefônica via celular ou ligação via whatsapp, tendo em vista os protocolos de segurança do COVID-19. Deste modo, a entrevista foi dividida por seis (06) temas, mais diretamente relacionados ao desastre da Hydro (Perfil do entrevistado; Conflito; Política; Resistência; Comunicação; Mudanças);
- Mapeamento das redes digitais das lideranças e dos grupos/organizações: Foram levantadas as plataformas digitais como Whatsapp, Facebook, Instagram, Twitter, Youtube, Site entre outros; também os conteúdos a respeito do caso do vazamento de rejeitos da Hydro ocorrido em 2018 com um recorte temporal de 2 anos, ou seja de 17 de Fevereiro de 2018 até 17 de Fevereiro de 2020; também verificamos os atores citados nas redes ou evidenciados como apoiadores para identificarmos as articulações e os tipos de redes de mobilização estabelecidas formal ou informalmente, além do levantamento dos tipos de produtos acionados e/ou produzidos para resistência online ou offline (plataformas digitais ou físicas).

O levantamento e a identificação das práticas de comunicação (meios e produtos de comunicação por elas utilizados/acionados e seus conteúdos referentes ao desastre) geraram o nosso corpus da pesquisa, apresentado e analisado no próximo capítulo.

## **4. O CAMPO DA RESISTÊNCIA COMUNICATIVA FRENTE AO DESASTRE DA HYDRO**

### **4.1. Apresentação e discussão dos achados da pesquisa**

Retomando a explanação do percurso da pesquisa, da qual traremos neste capítulo os principais achados com a discussão de seus resultados, pode-se afirmar que os debates públicos realizados a partir do desastre da Hydro Alunorte em 17 de fevereiro de 2018, foram o ponto de partida para nosso recorte e identificação do objeto do estudo. Por meio deles, encontramos e conhecemos as pessoas mais envolvidas no debate e ações de mobilização do que buscaremos configurar como o "o campo da resistência comunicativa" em Barcarena.

Com o mapeamento online das redes digitais tanto das lideranças como dos grupos/organizações, expandimos nosso conhecimento dos processos e práticas comunitárias acionados na luta e resistência, incluindo a percepção das articulações e possíveis redes de ação entre esses grupos em outras frentes e pautas das lutas sociais em defesa de direitos e dos territórios. Esse levantamento foi necessário pois “somos confrontados com o fato de que não apenas um meio molda a construção comunicativa da realidade, mas uma variedade de meios diferentes faz isto ao mesmo tempo” (HEPP, 2014, p. 53) e suas redes de atores é o ponto de partida para visualizar a configuração comunicativa estabelecida.

Assim, a partir das entrevistas, além de confirmarmos a identificação dos grupos (organizações, movimentos, coletivos etc.) evidenciando de forma mais clara possíveis alianças diante dos impactos do desastre da Hydro Alunorte. Confirmamos os usos da comunicação nas práticas de organização e mobilização social, o que aprimorou os dados coletados no mapeamento das plataformas online, fornecendo informações que não havíamos obtido até então, como por exemplo o início de suas resistências e suas relações com outros grupos locais. Optamos por trabalhar com o cruzamento das fontes de coleta, com o intuito de confirmá-las, completá-las e afinar o desenho de um cenário social e técnico que, entendemos nos levar a configurar um confiável panorama do uso da comunicação por agentes do campo da resistência em Barcarena, conforme apresentaremos a seguir.

O recorte principal da pesquisa diz respeito aos conteúdos relativos ao desastre da Hydro e seus desdobramentos, porém para entender como esses processos e práticas de comunicação específicos se situam em meio às práticas sociais de resistência mais ampla, sentimos a necessidade de buscar reconhecer, no período delimitado, outros conteúdos postados nas redes sociais vinculados à lutas cotidianas por direitos sociais e humanos vivenciadas pelos agentes

em foco do estudo. Assim, buscaremos compreender as configurações da comunicação deste "campo da resistência comunicativa" no enfrentamento de caso do desastre da Hydro e de forma ampliada frente à mineração em Barcarena.

### **O campo da resistência e o uso da comunicação no enfrentamento ao caso do desastre da Hydro**

Tendo em vista as forças de moldagem levantadas por Hepp (2014), às quatro instâncias que manifestam influência na construção comunicativa no processo de mediação são: 1) Uma constelação de atores; 2) O enquadramento temático da interação; 3) As formas de comunicação (padrões concretos de práticas comunicativas); 4) O conjunto de mídias envolvido no processo (articulação midiática). Trazemos uma quinta, que seria relativo às articulações de uma **ação em rede** dos atores, como um contramovimento em busca de reconhecimento dos direitos coletivos, que configuram um campo de resistência comunicativa contestatória e autônoma.

#### 4.1.1. Lideranças locais e usos da comunicação no caso do desastre da Hydro

As lideranças locais selecionadas para pesquisa foram os indivíduos que tiveram maior participação nos debates públicos (audiência e roda de conversa) realizados no período de 24 meses após o vazamento - este foi o ponto de partida para identificação da constelação de atores que formam o campo da resistência frente ao desastre da Hydro em Barcarena.

Figura 5: Localização das lideranças participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

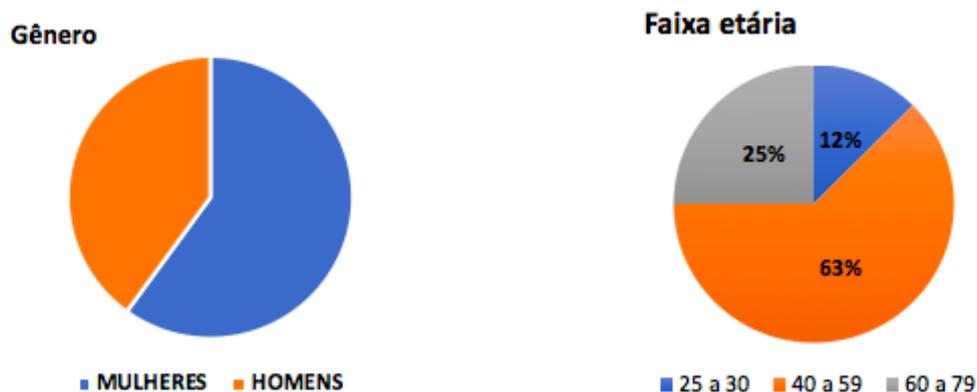
Acima trouxemos uma visualização da localização dessas lideranças, totalizando em dez das quais indicamos com um balão azul, evidenciando inicialmente que não há um padrão delas em uma localidade específica, pelo contrario, estão espalhados pela cidade, mas a priori vemos uma concentração delas em bairros próximos a indústria totalizando em cinco grupos de resistências (Industrial; Vila do Conde; São Joao; Vila Nova; Jardim Cabano; e Laranjal) em seguida vemos três grupos em territórios tradicionais mas ainda próximos a industrias (Burajuba; São Joao; e São Lourenço) e apenas dois grupos próximo ao centro comercial da cidade na sede de Barcarena (Bethania e Murucuça) sendo o ultimo de populações tradicionais ribeirinhas que vivem próximo as margens do rio, nos dando a noção que há uma maior participação daqueles grupos que são contaminados diretamente pela poluição causada pela indústria por estarem próximos e menor participação daqueles que estão na cidade que já não são tão afetados pela contaminação.

### **I) O perfil das lideranças**

Entre as dez (10) lideranças locais selecionadas e entrevistadas pelo estudo seis (6) são mulheres e 4 homens, a maior parte, cinco (5) deles, com idade entre 40 a 59 anos, enquanto

quatro (4) possuem de 60 a 79 anos de idade e apenas um dentre os participantes está na casa dos 30 anos.

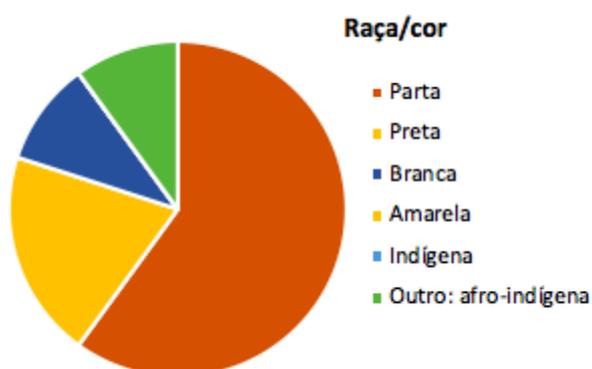
**Figura 6: Perfil das lideranças locais selecionadas pela pesquisa - gênero e idade.**



Fonte: elaborado pela autora.

Com relação à raça ou cor, entre os participantes, 90% se declaram pretos ou pardos (negros) e fazem comentário da importante ascendência afro-indígena local.

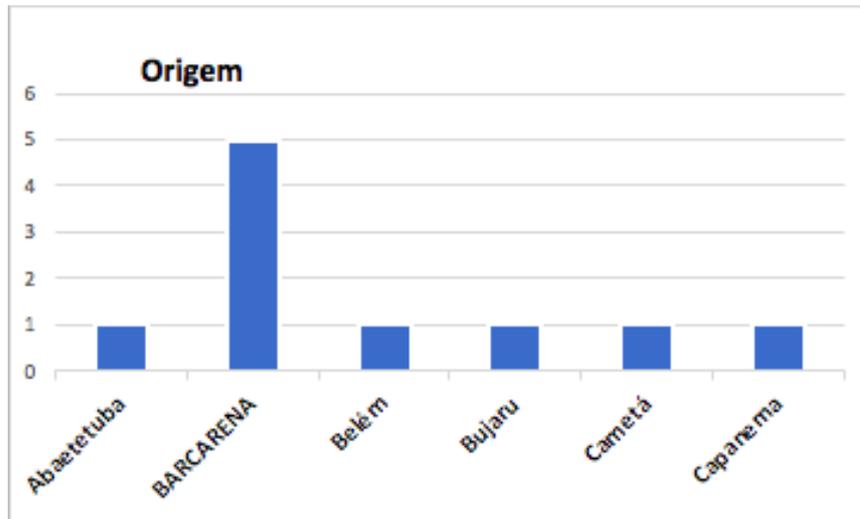
**Figura 7: Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa - raça/cor**



Fonte: elaborado pela autora.

A respeito da escolaridade dos participantes, a maior parte (7) possui ensino médio completo, duas (2) pessoas possuem ensino superior completo e uma (1) delas ensino fundamental completo. Metade dos participantes são de Barcarena e a outra metade é oriundo de cidades próximas, porém moradores já antigos do município, sendo todos eles do estado do Pará.

**Figura 8: Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa - origem**



Fonte: elaborado pela autora.

Em termos de ativismo social, a maioria participa de mais de uma organização social, em sua maioria entidades locais, com destaque para duas delas - a Cainquiama, da qual três das dez lideranças fazem parte, e o Barcarena Livre, do qual 4 delas fazem parte.

**Figura 9: Ativismo e representação social das lideranças locais selecionadas pelo estudo**



Fonte: Elaborado pela autora

A respeito da ocupação dos participantes, vemos os agricultores tendo que assumir mais de uma profissão ou estando desempregados, indicando que a ocupação tradicional não está mais sendo exercida plenamente, sendo as profissões mais citadas entre os participantes: cozinheiro (a), motorista; agente comunitário (a); e professor (a). Em relação a renda mensal, sete (7) dentre os dez (10) participantes possuem renda até dois salários mínimos, um (1) possui

renda até dois salários mínimos e dois (2) deles encontravam-se desempregados no momento da pesquisa, sem obter renda, o que sinaliza um quadro local de baixa renda e vulnerabilidade socioeconômica.

**Figura 10: Perfil lideranças locais selecionadas pela pesquisa - renda e moradia**



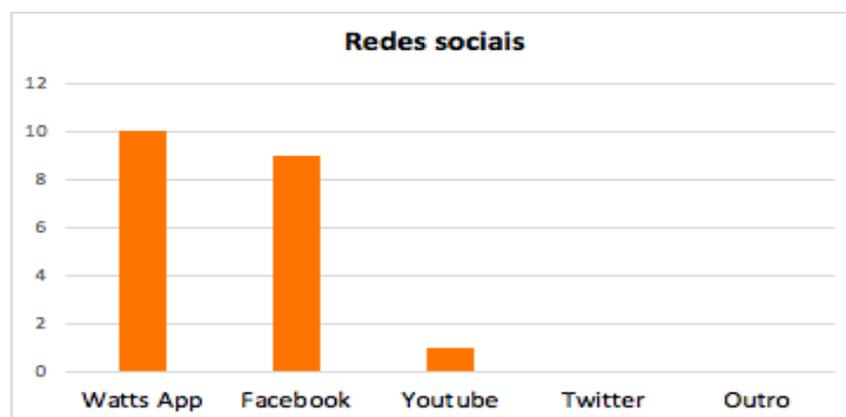
Fonte: elaborado pela autora.

Por outro lado, 90% deles possuem casa própria, apesar de alguns não terem a documentação, todos eles compraram suas casas de terceiros ou herdaram da família, indicando um claro enraizamento social na localidade.

## II) Que meios de comunicação utilizam?

A busca por plataformas existentes usadas pelos participantes foi feita manualmente na busca de páginas e perfis nas redes sociais - Facebook, Instagram, Twitter, Youtube - confirmadas num segundo momento nas entrevistas.

**Figura 11: Plataformas digitais utilizadas por lideranças locais de Barcarena.**



Fonte: Elaborado pela autora

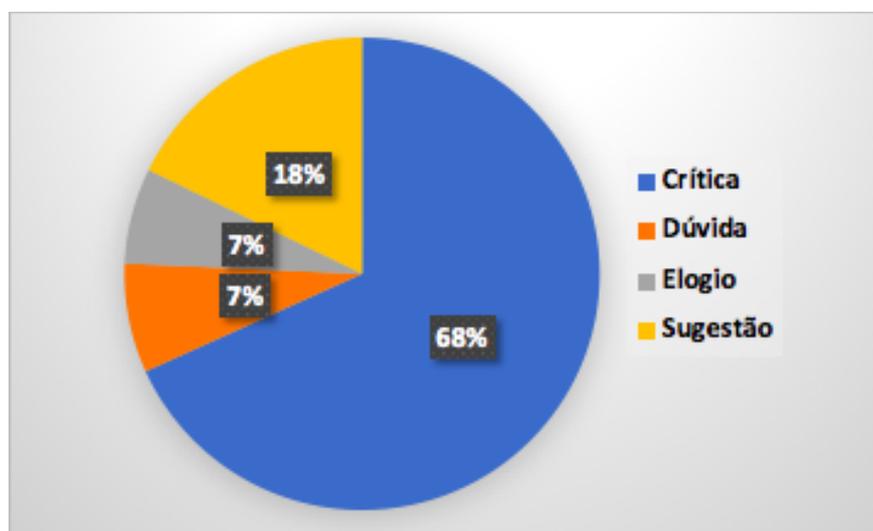
Deste modo, dentre as lideranças selecionadas no estudo, os resultados indicam que todos os participantes possuem e usam intensamente o Whatsapp<sup>9</sup>. Quase todos, 90% deles, têm Facebook, apenas um deles tem um canal no Youtube e nenhum deles tem Instagram ou Twitter.

### III) O que comunicam (temas/assuntos)

#### a) Nos debates públicos (audiências e roda de conversa)

As falas das lideranças locais selecionadas pelo estudo nas audiências podem ser categorizadas em 4 tipos: elogios, sugestões, dúvidas e críticas. A grande parte das falas nas audiências públicas, 68,2% eram críticas, manifestando claramente a insatisfação da população de Barcarena em relação aos impactos e efeitos do transbordamento dos rejeitos da Hydro e à responsabilização da empresa pelos danos causados, bem como às ações do poder público voltadas ao atendimento das demandas de saúde, saneamento, mas especialmente com a preocupação econômica com o auxílio emergencial prometido pela empresa às comunidades que perderam sua condição de geração de renda devido à contaminação.

**Figura 12: Tipo de falas nos debates públicos - audiências e roda de conversa**



Fonte: elaborado pela autora.

Cerca de 17,8% eram de sugestões, especialmente voltadas a constatar e conclamar uma maior união/integração dos grupos locais mobilizados; 7,5% eram dúvidas e pedidos de

<sup>9</sup> Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet.

esclarecimentos quanto às decisões e prazos e apenas 6,5% elogios, em geral voltados à universidade e pesquisadores em apoio aos grupos locais (ver tabela 6).

**Tabela 3: Assuntos mais citados nas audiências públicas**

Menções repetidas de 2 a 4 vezes		
👉 Crítica	02	Faz comparação caso em Barcarena com Mariana e Brumadinho
	02	Empresa falou que daria o cartão de auxílio durante um 1 ano e não deu
	03	Falta de água para uso pessoal
	04	Crítica aos deslocamentos forçados seja das empresas ou devido poluição
	04	Reuniões que não são abertas ou acessíveis para toda comunidade
	04	Crítica a falta de participação e diálogo com a comunidade diante das decisões
	03	População não consegue mais viver da natureza - Estilo de vida forçado
	04	Crítica aos crimes socioambientais ocorridos nos últimos anos ou efeitos na cidade
	05	Falta de retorno das questões levantadas pela comunidade
	06	Falhas a respeito dos exames, contaminação com metais pesados ou doenças e sintomas
	06	Falta de apoio dos políticos ou órgãos do estado ou aviso p/atenção ao ano político
	09	<b>Falta de comunicação e informação da empresa de reunião, cadastro e outros</b>
13	<b>Comunidades/famílias que estão de fora da indenização/auxílio emergencial</b>	
👍 Elogio	06	<b>Parabeniza a iniciativa do grupo de estudo da UFPA voltado às comunidades</b>
👉 Sugestão	10	<b>Pedido de união e organização dos líderes e comunidades para lutar ou divulgar</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Para ajudar na interpretação dos conjuntos dos dados, vale aqui, indicar por participante, o tipo de fala mais evidenciada. Todos tiveram um nível de crítica maior do que de dúvida, sugestão ou elogio.

**Tabela 4: Tipos de falas por liderança nas audiências públicas**

Posições das falas nos debates públicos				
Part. 01	12 Crítica 👎	01 Elogio 👍		
Part. 02	08 Crítica 👎	01 Elogio 👍	04 Sugestões 🙌	06 Dúvidas 🗒
Part. 03	06 Crítica 👎	02 Elogios 👍	01 Sugestão 🙌	
Part. 04	08 Crítica 👎	01 Elogio 👍	01 Sugestão 🙌	01 Duvida 🗒
Part. 05	05 Crítica 👎			
Part. 06	04 Crítica 👎		06 Sugestões 🙌	01 Duvida 🗒
Part. 07	10 Crítica 👎			
Part. 08	09 Críticas 👎		01 Sugestão 🙌	
Part. 09	11 Críticas 👎	01 Elogio 👍		
Part. 10	04 Críticas 👎		02 Sugestões 🙌	

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas falas de todas as lideranças selecionadas em nosso estudo a partir de suas participações nos debates públicos, há crítica à atuação da Hydro. Destes, 60% dos participantes sugerem alguma solução ou possível acordo sendo metade dessas sugestões voltadas para a própria comunidade a respeito de se unirem para lutar ou divulgar o caso ocorrido, e apenas 30% apresentam propostas para dialogar com a Hydro. Interessante perceber que isso talvez se deva a uma desconfiança quanto à possibilidade de negociação direta, manifestada na reclamação recorrente da falta de retorno ou transparência por parte da Hydro. Destaca-se ainda que metade dos participantes selecionados tecem de forma geral algum elogio, porém nenhum voltado à Hydro e 90% voltados à iniciativa e apoio dos pesquisadores e 10% à participação das comunidades.

### **b) No mapeamento digital**

No que denominamos de mapeamento digital, ou seja, de busca de conteúdos nas redes sociais de cada liderança (considerando facebook, twitter, instagram e youtube), como veremos mais adiante, foram levantados os conteúdos que eles produziram, compartilharam, ou foram marcados, durante um período de 24 meses - entre o dia 17 de fevereiro de 2018 até o dia 17 de fevereiro de 2020, considerando as seguintes seleções temáticas:

**TEMA 1: Assuntos referentes ao vazamento de rejeitos da Hydro de 2018:**

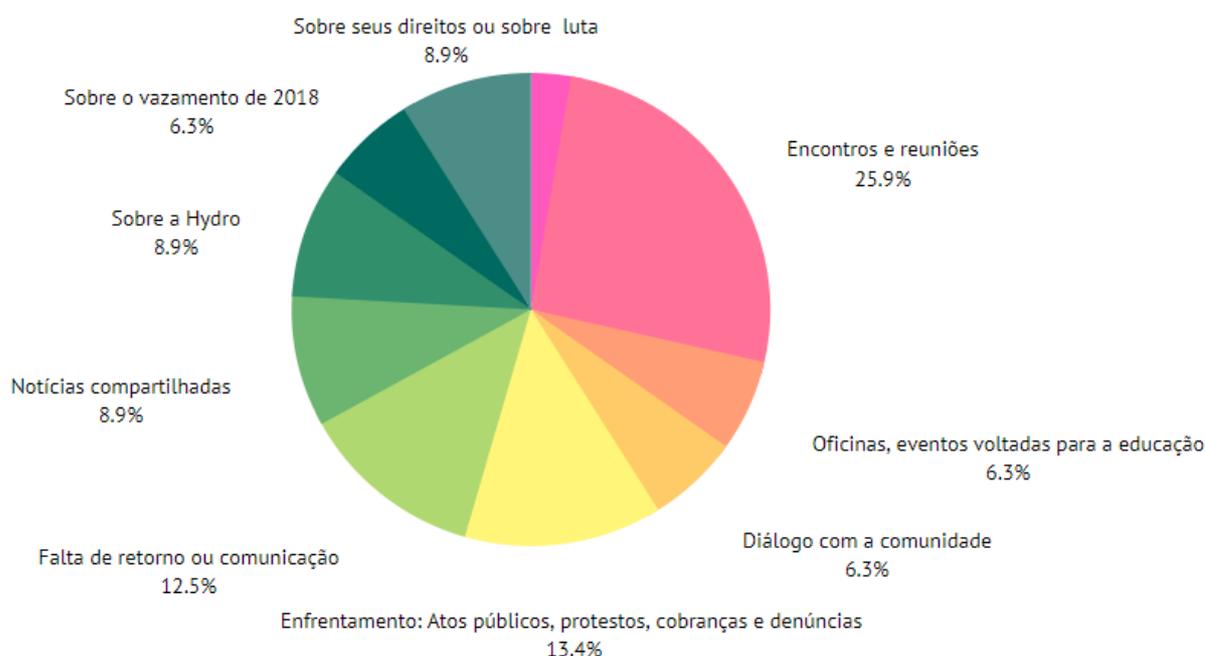
- a) Mineração - Barcarena
- b) Hydro/Albras ou outra empresa geradora de conflitos socioambientais em
- c) Desastre Hydro, fevereiro 2018; Audiências públicas; Protestos ou Cobranças de órgãos públicos relativos ao desastre de 2018.

**TEMA 2: Assuntos referentes à mobilização comunitária para outras pautas de lutas coletivas:**

- a) Direitos sociais: /moradia/saúde/ infraestrutura da cidade
- b) Direitos Humanos
- c) Mobilização, protestos, reuniões, assembleias, lutas

Nosso objetivo, nessa etapa, foi compreender o recorte temático abordado pelos participantes nas redes sociais a respeito do desastre de 2018. Quanto essas pessoas têm usado suas redes digitais para falar do desastre da Hydro? Além disso compreender qual a escala desse tema em relação a outras lutas sociais e pautas coletivas vivenciadas pela liderança.

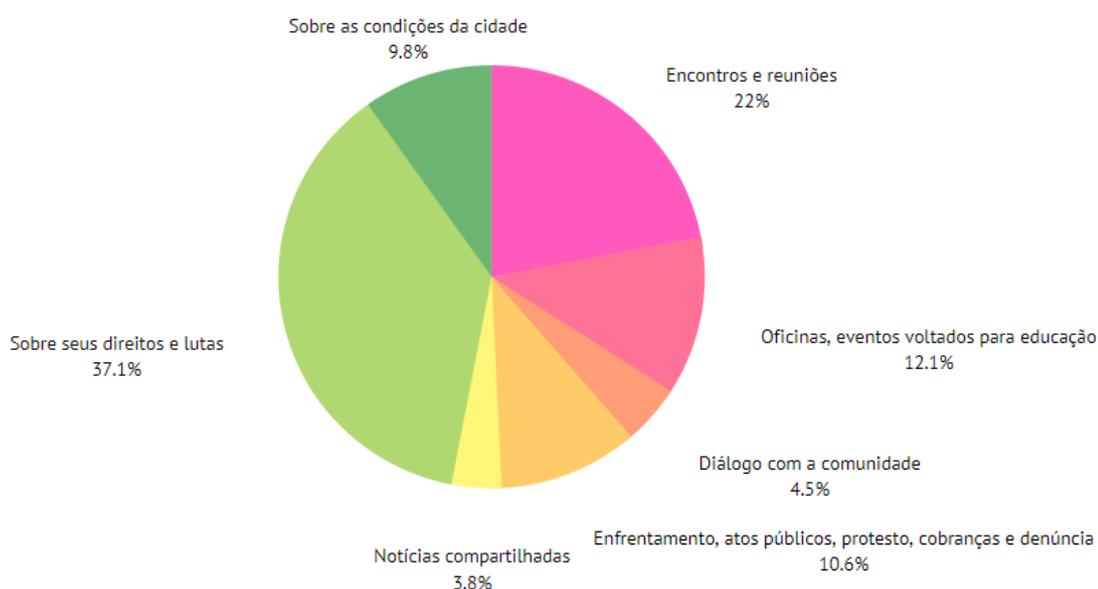
**Figura 13: Principais conteúdos sobre o desastre da Hydro postados no facebook das lideranças locais selecionadas pela pesquisa (fev.2018 a fev. 2020).**



Fonte: elaborado pela autora.

Percebe-se que quase 60% dos assuntos tratados foram relacionados às ações de organização e mobilização que ocorreram: 25,9% referentes a encontros e reuniões; 13,4% à atos públicos, protestos, cobranças e denúncias; e 6,3% oficinas e eventos voltados para educação; 6,3% diálogo com a comunidade. Através das imagens postadas nas redes sociais foi possível verificar nessa perspectiva uma forte presença também de modos de comunicação tradicionais, pelo uso de faixas, cartazes, carros de som, panfletos diretamente utilizados nas manifestações públicas nas ruas da cidade e também em Belém.

**Figura 14: Principais conteúdos sobre os conflitos gerais postados no facebook das lideranças locais selecionadas pela pesquisa (fev.2018 a fev. 2020).**



Fonte: elaborado pela autora.

Na seleção de assuntos secundários a respeito de outros conflitos vividos na cidade percebe-se que 50,5% dos assuntos tratados foram relacionados à ações de organização e mobilização que ocorreram: 22,5% referentes a encontros e reuniões; 10,9% à atos público, protestos, cobranças e denúncias; e 12,4% oficinas e eventos voltados para educação; 4,7% diálogo com a comunidade. Nos afirmando que os modos tradicionais também dominam sobre outros conflitos. Vê-se também o aumento de postagens a respeito de seus direitos e lutas e o aparecimento de uma nova temática: Condições de infraestrutura da cidade.

**Tabela 5: Mapeamento quantitativo de conteúdos postados no Facebook de liderança sociais de Barcarena**

Identificação	Plataforma digital	Total de postagens	TEMA 1 (Desastre Hydro)	TEMA 2 (Outras pautas de luta)
Participante 01	Facebook	10		3
Participante 02	Facebook	<b>624</b>	58	38
Participante 03	Facebook	05		
Participante 04	Facebook	11	01	02
Participante 05	Não Possui			
Participante 06	Facebook			
Participante 07	Facebook	165	02	02
Participante 08	Facebook	<b>1359</b>	27	63
Participante 09	Facebook	23		02
Participante 10	Youtube	06		
	Facebook	03		
		<b>2.206</b>	<b>88</b>	<b>110</b>

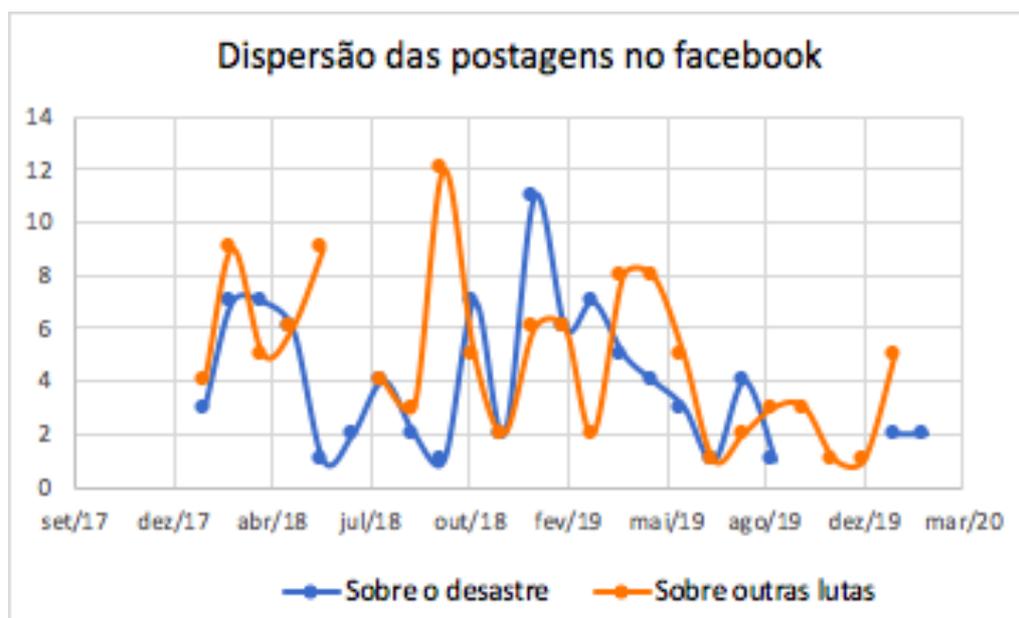
Fonte: elaborado pela autora.

Dentre os participantes, 70% não usaram as redes sociais para falar a respeito do caso do desastre de fevereiro de 2018 na Hydro; o que aponta, comparado às atividades e mobilizações físicas pouco desempenho de ativismo digital por parte da maioria dos participantes. Na verdade, o uso das redes sociais é feito por apenas duas das lideranças - participantes 2 e 8, que respectivamente postaram entre 600 a 1.500 postagens gerais - (incluindo assuntos pessoais e familiares, a maior parte) durante o período, e foram responsáveis por 96% das postagens de conteúdos vinculados ao desastre da Hydro e 91% das postagens de conteúdos de outras agendas de lutas coletivas, como infra-estrutura de saúde, de pavimentação, de iluminação pública entre outras. Ambas são mulheres, têm entre 30 e 50 anos e são dirigentes das entidades de representação de suas comunidades. A mais ativa delas é presidente de um dos quatro territórios quilombolas do município.

Em uma perspectiva geral, sobre o desastre da Hydro foram produzidos 88 conteúdos postados nas redes sociais (facebook) e 110 conteúdos sobre outras agendas coletivas dos grupos sociais. O que é importante perceber é que, ainda que o volume de conteúdos não seja

alto sua dispersão ao longo do tempo, ele indica uma mobilização e ação permanentes, que vai além das plataformas digitais. Ao contrário, a comunicação tradicional, por meios físicos, ou de forma direta pelo Watts App parece ser a modalidade ainda hoje mais exercida pelos grupos e comunidades organizadas em Barcarena como veremos mais adiante.

**Figura 15: Postagens no facebook das lideranças locais (fev.2018-fev.2020)**



Fonte: Elaborado pela autora.

A respeito das postagens selecionadas, conforme dissemos acima separamos em dois itens: o primeiro referente ao caso do vazamento Hydro Alunorte de 2018 (que está representado na figura acima com a linha de cor azul) e o segundo seria a soma dos outros conflitos e lutas sociais, vividos na cidade, seja de infraestrutura, saúde etc. (que está representado na figura acima com a cor laranja). Conforme a linha do tempo, vê-se que o assunto do desastre tem maior força e apelo, na maior parte do tempo, que os demais temas e agendas coletivas juntos.

É possível perceber, também, uma queda de postagens em julho em seguida de um pico de produção dessas postagens nos meses de outubro referente a época de eleição política, item bastante comentado nas audiências e entrevistas sobre a necessidade de tomarem cuidado com o assédio eleitoral do momento na disputa pelo voto da comunidade.

**Tabela 6: Comunicação híbrida - em diferentes plataformas.**

Plataformas digitais (on line) e plataformas físicas (off-line)

Meios	Modo	Ass. 1º	Ass. 2º	Onde
Meios Online	Texto em post e em e-mail	12	22	Facebook Whatsapp E-mail  Para produzirem esses conteúdos também usam fontes de jornais e sites
	Arte	06		
	Foto	48	68	
	Vídeos	07	11	
	Compartilhamento De Notícias de jornais, blogs etc.	19	13	
TOTAL Meios digitais		92	114	
Meios Offline	Protesto/Manifestação	04	05	Ruas Comunidades Audiências Reuniões Universidades
	Bandeiras/ Faixas / Cartazes/Estandarte/Placas	03	12	
	Carro Som/ Bicicleta Som	01		
	Eventos, Oficinas, Cursos	09	18	
	Impressão: Comunicados, documentos, folders, folheto	06	08	
	Reunião/ conversa presencial	23	21	
	Exposição fotográfica/Documentário/ Músicas Ou Poemas	02	03	Teatro ou auditório Youtube
TOTAL Meios e lutas presenciais		48	67	

Fonte: elaborado pela autora.

Apesar dos números apresentados acima, indicarem uma preponderância dos meios digitais, é preciso considerar que de forma evidente a maioria das postagens feitas se tratavam da repercussão e cobertura de acontecimentos ocorridos presencialmente, nas ações de protestos de ruas, reuniões, ações de mobilização nos espaços ditos off-line, o que pode ser notado a partir dos números referentes às fotos e vídeos que traziam denúncias e divulgavam os acontecimentos e eventos. Dos modos off-line, as reuniões e encontros são os principais modos de organização da resistência.

**Figura 16: Encontro de dois anos após o desastre da Hydro.**



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook de uma das participantes da pesquisa (2020).

**Figura 17: Fotografia da primeira audiência pública ocorrida.**



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook do grupo de resistência Cainquiama (2018).

**Figura 18: Fotografia da greve feita na frente da Hydro**



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook do grupo de resistência Cainquiama (2018).

**Figura 19: Fotografia do encontro ocorrido na Noruega**



Fonte: arquivo pessoal postado no perfil do facebook de uma das participantes da pesquisa (2018).

Por fim, em uma perspectiva geral, também no que diz respeito às ações presenciais, nos territórios da realidade concreta com seus usos de comunicação em suportes físicos e face à face, percebe-se que as atividades foram desempenhadas de forma bastante intensa por três lideranças mulheres: duas dessas são as participantes que possuem o nível mais alto de envolvimento e militância digital conforme discorre a tabela 9, enquanto que uma delas tirando o whatsapp não possui outra plataforma online, contudo está presente nas fotos e vídeos dos protestos e reuniões publicados e também em parte dos relatos dos entrevistados e é dirigente da organização, como veremos adiante, que mais atuou digitalmente para visibilidade do desastre.

Dentre essas três participantes, uma possui maior envolvimento com práticas educacionais, palestras e outras formas de externalização para públicos externos do que ocorre em Barcarena (participante 08); outra também possui envolvimento com práticas educacionais, contudo aparece com destaque nas articulações de parcerias para eventos e oficinas comunitárias e para além disso possui um maior diálogo com a comunidade e práticas de cobrança aos órgãos públicos de prestação de contas (participante 02); por fim, a terceira liderança mais ativa, possui maior participação em mobilização popular, processos jurídicos e parceria com a imprensa (participante 05).

Nos conteúdos das plataformas digitais e nos relatos das ações presenciais, diversos atores são citados pelas lideranças locais como apoio ao movimento de resistência frente ao desastre da Hydro e seus desdobramentos, conformando uma espécie de rede de apoio e mobilização entre diferentes atores e escalas, a exemplo do que Maristella Svampa (2019) apontar como fenômeno em torno das lutas ambientais, que ela denomina de "giro eco-territorial das lutas".

**Tabela 7: Rede de apoio às organizações locais e mobilização frente ao desastre da Hydro.**

Rede de apoio e mobilização mencionados pelos participantes	
Setor	Nome
Governamental	Ministério Público do Pará (MPPA) Ministério Público Federal (MPF)
	Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)
	Defesa Civil ou Profissionais do Direitos humanos
Academia	Instituto Evandro Chagas (IEC)

	Pesquisadores: GETTAM, NAEA, GESTERRA, ICSA da UFPA, UEPA
Profissionais	Advogados
	Equipe de reportagem ou jornais
ONGs	Fase Amazônia; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) de Barcarena

Fonte: elaborado pela autora.

A imprensa, de forma geral, foi um dos atores mais mencionados de maneira indireta nas redes sociais das lideranças, apenas com compartilhamento. Em seguida o Ministério Público do Pará e Ministério Público Federal<sup>10</sup>, em especial o primeiro que acolheu a denúncia do vazamento e promoveu as diligências do caso.

#### 4.1.2. Organizações de resistência e uso da comunicação no caso do desastre da Hydro

Dentre os cinco debates públicos, 47 grupos foram representados nas falas dos participantes que se manifestaram ao longo das audiências e roda de conversa, que expressaram seus interesses e posicionamentos sobre o desastre da Hydro e seus desdobramentos. Dentre as organizações locais que mais estiveram presente nos debates públicos foram:

- Industrial/Vila dos Cabanos - 19 vezes;
- Vila Nova - 08 vezes;
- Vila dos Cabanos - 06 vezes;
- Burajuba - 05 vezes.

Entre essas quatro comunidades, duas foram reconhecidas desde início como comunidade afetada pela poluição (Vila nova e Burajuba) enquanto as outras duas foram reconhecidas depois como impactadas pelo desastre.

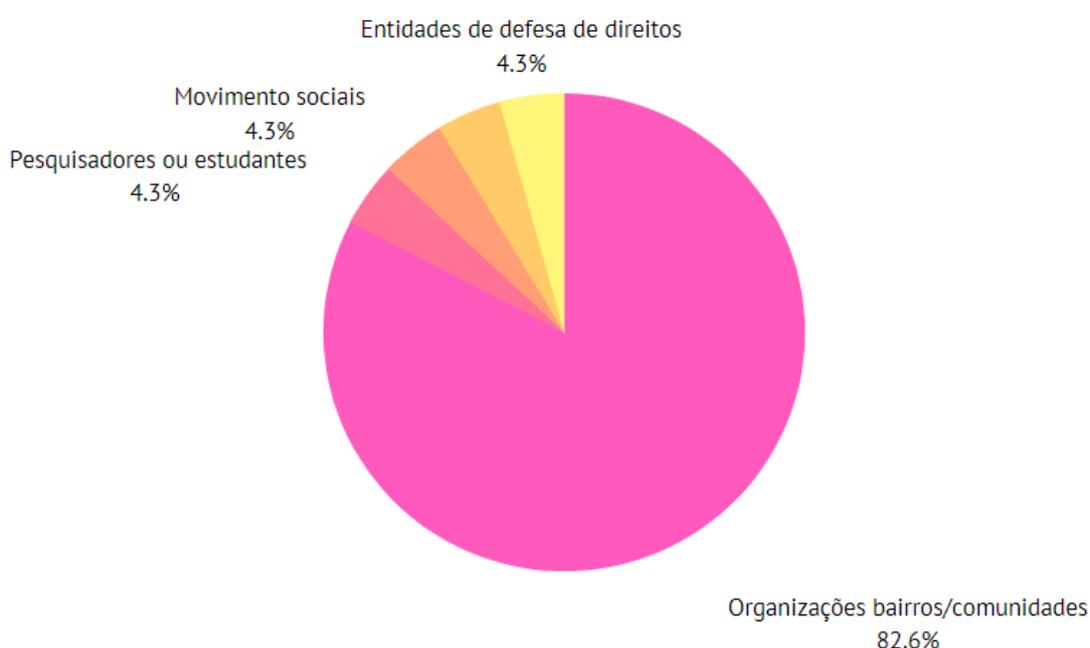
#### **I) O perfil das organizações de resistência**

- 38 organizações ou associações de bairros/comunidades;

<sup>10</sup> Órgão público, de instância estadual e federal, que dentro de um estado de direito representa os interesses da sociedade por meio de investigação e verificação dos fatos e proteção das vítimas.

- 02 organizações/movimentos de pesquisadores ou estudantes: Pesquisadores da UFPA e Movimento Estudantil Independente;
- 02 movimentos sociais: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB);
- 02 entidades de classe Central dos trabalhadores; sindicatísticas; Instituto Brasil Solidário (IBS); 01 Associação (Associação Empresarial de Barcarena);
- 02 entidades de defesa de direitos humanos, sociais e ambientais: Sociedade Paraense dos Direitos Humanos; Comissão de Direito Ambiental.

**Figura 20: Participação nas audiências públicas por tipo de organização social**



Fonte: Elaborado pela autora.

A partir da seleção dos participantes mais frequentes dos debates públicos ocorridos foi feita a seleção dos grupos de apoio dessas pessoas, conforme mostra a figura 07. Totalizando, de 10 participantes o envolvimento direto em **18 organizações sociais**. Estas organizações passaram a integrar o corpus da pesquisa como referência das ações, práticas e produtos comunicativos acionados pelo campo da resistência ao desastre da Hydro Alunorte e seus desdobramentos. E é sobre elas que trazemos os dados nesta sessão.

As organizações das quais as lideranças identificadas nos debates públicos fazem parte, se dividem em cinco tipos quanto à escala territorial e atuação: 08 são organizações locais; 04 organizações/movimentos nacionais; 02 são organizações articuladas em rede; 03 são organizações de classe; além de 01 órgão colegiado do município.

**Tabela 8: Tipos de organizações do campo da resistência frente ao desastre da Hydro.**

<b>I. Organizações locais - Associações de bairros e territórios</b>		
	<b>Nome</b>	<b>Breve descrição</b>
01	Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazônia (CAINQUIAMA)	Fundada em abril de 2017, com sede na comunidade Burajuba, se apresenta como a maior das organizações locais, possuindo, segundo relatos de seus participantes, de 10 a 15 mil associados de Barcarena e de cidades próximas. Foi o único grupo a ser citado como fonte pela cobertura da imprensa, ainda que pela voz do advogado da entidade.
02	Centro Comunitário da Vila Do Conde	Foi implantado em e 1983. O centro sem fins lucrativos se organizou para defender os direitos dos moradores, em um de seus embates foi necessário a organização de uma visita a Brasília para lutar pela permanência dos moradores de Vila do Conde que foi cogitava a retirada para implantação de indústrias. Hoje possuem parceria com 06 associações e é um dos poucos grupos que assume parceria e divulga material institucional na Hydro nas redes sociais.
03	Associação Amigos do Bairro Industrial (AABI)	Entidade reúne e representa os moradores do Bairro Industrial, uma ocupação da Vila do Conde, que fica localizado ao lado da empresa Imerys, com histórico de impactos socioambientais.
04	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJ)	Organização que mais trouxe questionamentos nas audiências. A participante que representa este a entidade é a segunda liderança que mais atua nas redes sociais com prestação de contas a comunidade; cobranças de órgãos públicos e forte presença nas reuniões
05	Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Laranjal (ACMBL)	Possui em média 180 a 250 associados, foi fundado entre 1975 a 1980 por populações tradicionais;
06	Associação da Comunidade Quilombola e Gibríe de São Lourenço (ACOQUIGSAL)	Uma das comunidades que mais se organizou para garantir documentação de suas terras em parceria com outras 4 comunidades quilombolas residentes de Barcarena. Única que possui informações em sites de terceiros;
07	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Sítio São João	Em Barcarena atualmente existem 4 associações quilombolas, esta é a segunda organização quilombola presente na pesquisa, contudo essa organização também traz descendentes indígenas. Está localizada em uma área rural e apesar do grupo não ter nenhuma plataforma digital exceto Whatsapp, a representante é a que mais utiliza redes sociais para resistência dentre os participantes selecionados.
08	Associação Comunidade Vila Nova	Possui 37 anos, foi fundado por uma das participantes dessa pesquisa junto com alguns moradores do bairro após o remanejamento de 84 famílias que moravam onde atualmente está localizado a Hydro Alunorte e a Albrás.
<b>II. Organizações/movimentos nacionais</b>		
09	Frente Nacional de Resistência Urbana	Organização com “articulação nacional de movimentos populares de luta por reforma urbana e direitos dos trabalhadores nas cidades, com atuação conjunta em vários Estados do Brasil”, conforme sua página no Facebook

10	Movimento Nacional Povo Sem Medo (FPSM)	Organização composta por “mais de 30 movimentos nacionais, focada em mobilizações contra o ajuste fiscal e o conservadorismo”, de acordo com a sua descrição da Fanpage oficial
11	Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração (MAM)	Movimento começou a ser organizado em 2012, no estado do Pará, no enfrentamento ao Projeto Grande Carajás da empresa Vale. Se organiza hoje em nove estados mais o Distrito Federal. É a organização mais atuante na pauta do complexo da mineração no país.
12	A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)	Entidade nacional fundada em 1988 em Salvador, Bahia. A missão do grupo é combater o racismo e todas as formas de opressão de acordo com sua Fanpage Unegro Brasil. Organizações articuladas em rede
13	Movimento Barcarena Livre	O grupo surge a partir das articulações entre moradores de comunidades tradicionais, organizações de trabalhadores de Barcarena, pesquisadores e profissionais organizadores nos Seminários “Desastres da Mineração” realizados em Belém e Barcarena no ano de 2016. Tem como objetivo principal lutar por uma Barcarena Livre de poluição, exploração, repressão e violações de direitos humanos.
14	Fórum Das Ilhas	De acordo com sua Fanpage, “foi criado a partir da necessidade de promover o Desenvolvimento Sustentável da Região insular, ou seja, as ilhas que circundam Belém e Região Metropolitana.” reunindo lideranças de várias ilhas para debates e ações sociais.
15	Associação dos Comerciantes e Barraqueiros da Vila do Conde	Organização sem fins lucrativos. De acordo com site JusBrasil já deu entrada em oito processos por crimes socioambientais.
16	Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Mucuruçá - ATERIM	Possui cerca de 15 anos, surgiu com a necessidade da comunidade de ter um CNPJ para garantir os direitos dos trabalhadores extrativistas e lutar contra a poluição que estava afetando seus rios e automaticamente suas plantações.
17	Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla de Itupanema (ABAROI)	Foi fundada quando a empresa HBSA - Hidrovias do Brasil S.A. precisou indenizar a população, contudo a fundadora se mudou, logo a associação assumiu uma nova gestão quando ocorreu o naufrágio do navio Haidar com a carga de 5 mil bois vivos.
18	Câmara Técnica de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho da Cidade	Órgão colegiado ligado ao município, possui assentos para participação de representantes populares. Suas atividades são voltadas à fiscalização de obras e atividades, recebem denúncias e acompanham processos.

Fonte: elaborado pela autora.

## II) Quem representam?

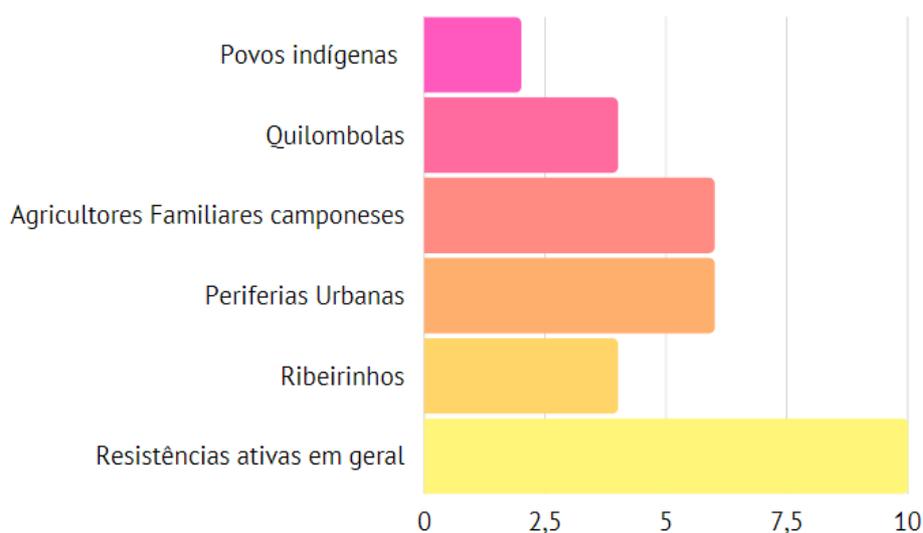
A maior parte das organizações locais representam comunidades diretamente atingidas pelo vazamento de rejeitos da bacia SR2 da Hydro Alunorte. Grande parte dos grupos locais que estão inseridos nessa seleção não fazem parte das primeiras comunidades que foram contempladas pela indenização (Vila Nova; Bom Futuro; Burajuba), foram grupos que se organizaram, comprovaram como atingidos pela contaminação do vazamento do Rio Murucupi

e foram reconhecidos pelo TAC como comunidades que precisavam ser indenizadas, contudo, muitas famílias e comunidades não tiveram retorno.

Já as organizações nacionais representam questões diretamente ligadas ao debate central que envolvem o caso, o MAM, Movimento pela Soberania Popular frente à Mineração, ou a defesa de direitos humanos e sociais diretamente vinculados aos embates e lutas históricas das populações, caso do Movimento Povo Sem Medo, o Movimento pela Luta Urbana e a UNEGRO.

A respeito das pessoas que compõem essas organizações vemos fortemente a integração de populações tradicionais e agricultores familiares, conforme mostra a tabela a seguir.

**Figura 21: Grupos sociais representados pelas organizações de resistência**



Fonte: elaborado pela autora.

Fora as resistências ativas em geral, vemos as principais participações de agricultores que tiveram a vivência de plantações afetadas devido ao alto índice da poluição local e periferias urbanas que teve um crescimento desordenado devido a implantação das indústrias e alta procura de emprego dos moradores de regiões próximas. Em seguida vemos a participação de ribeirinhos devido os rios que circulam a cidade e quilombolas, onde dentro de Barcarena há 4 comunidades quilombolas sendo que 3 delas têm integrantes como entrevistados na pesquisa ou sua organização inserida no estudo. E em seguida populações com descendência indígena, o que é esperado, tendo em vista a formação e presença histórica na região.

### iii) Que meios de comunicação utilizam?

Dentre as 18 organizações selecionadas, 8 não possuem plataformas online, esse dado foi verificado manualmente nas redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e Youtube e confirmado com as lideranças.

**Tabela 9: Tipos de organizações do campo da resistência frente ao desastre da Hydro**

Organizações levantadas e suas plataformas digitais		
Lideranças locais participantes	Nome	Plataformas Digitais
03	Associação Dos Caboclos, Indígenas E Quilombolas Da Amazônia (CAINQUIAMA)	Facebook
01	Centro Comunitário da Vila Do Conde	Facebook
02	Associação de Moradores do Bairro Industrial	
01	Associação dos Moradores do Bairro Jardim Cabano (AMBJ)	
01	Associação Comunitária de Moradores do Bairro do Laranjal (ACMBL)	
01	Associação da Comunidade Quilombola e Gibrié de São Lourenço (ACOQUIGSAL)	Perfil cadastrado em sites de terceiros
01	Associação de Moradores da Comunidade Quilombola Sítio São João	
01	Associação Comunidade Vila Nova	Facebook
Organizações/movimentos nacionais		
01	Frente Nacional De Resistência Urbana	Facebook
		Site nao esta mais no ar <a href="http://www.resistenciaurbana.org">www.resistenciaurbana.org</a>
01	Frente Povo Sem Medo (FPSM)	Facebook
		Instagram
		Podcast no Spotify
01	Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração (MAM)	Facebook
		Site
		Twitter
		Instagram
01	A União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)	Facebook
		Site
		Instagram

Organizações articuladas em rede		
04	Movimento Barcarena Livre	Site fora do ar <a href="http://culturadigital.br/barcarenalivre">http://culturadigital.br/barcarenalivre</a>
01	Fórum Das Ilhas	Facebook
Organizações de classe		
01	Associação dos Comerciantes e Barraqueiros da Vila do Conde	
01	Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Mucuruça - ATERIM	
01	Associação dos Barraqueiros e Artesãos da Orla de Itupanema (ABAROI)	
Órgão colegiado do município		
01	Câmara Técnica de Saneamento e Meio Ambiente do Conselho da Cidade	

Fonte: elaborado pela autora.

Dentre as 18 organizações locais 8 não possuem nenhuma plataforma digital, entre essas 8, todas elas são locais. Enquanto que todas as organizações nacionais não só possuem plataformas digitais como possuem presença em mais de uma rede social. Em uma visão geral, a plataforma digital mais usada entre as organizações é em primeiro lugar Facebook com 08 organizações em seguida vemos: 03 sites, 03 instagram, 01 twitter, 01 Spotify com lista de podcast.

**Tabela 10: Mapeamento quantitativo de conteúdos postados no Facebook de cada tipo de organização social**

Redes	Total de postagens	Sobre o caso dos desastre da Hydro
Grupos Locais	76	45
Grupos Nacionais	2555	48
Organização em rede	19	0
Organização de classe	0	0
Órgão colegiado do município	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

Tendo em vista que os últimos três tipos de organizações não possuem assuntos a

respeito do caso do vazamento de 2018, vamos nos ater em nossa análise as postagens das organizações nacionais e locais, que conforme dispõem na tabela 13, possui bastante diferença da quantidade de postagens totais, contudo o número a respeito do assunto selecionado mantém o mesmo nível. Também é visível que as plataformas digitais das organizações locais falam mais sobre esse assunto do que de qualquer outro, visto que o número de postagens selecionadas do assunto ultrapassa a metade do total de postagens.

#### **IV) O que comunicam (temas/assuntos)**

No mapeamento das organizações nacionais, percebe-se que os conteúdos produzidos se repetem em mais de uma plataforma digital (site e redes sociais), porém recebem pequenas adaptações de formato. Nesse sentido, como o Instagram não permite o compartilhamento do link de notícias, blogs e sites e o Twitter não permite textos longos, optamos por oficializar nosso levantamento por meio do Facebook, visto que esta plataforma consegue suportar os mais diferentes formatos (como texto grande, links, imagens, vídeos longos etc.) e, também pelo fator tempo da pesquisa, entendendo que essa delimitação do mapeamento online ainda que deixe de revelar o detalhamento do uso das redes sociais, não afetaria diretamente a compreensão do conteúdo produzido pelas organizações.

Assim o levantamento desses grupos se ateu à mesma delimitação de assuntos referentes ao desastre da Hydro (tema 1), sem, contudo, introduzirmos a verificação de pautas de lutas locais (tema 2), tendo em vista tratar-se de grupos nacionais e envolverem outras lutas distintas, distanciando muito do nosso objeto de estudo, por isso no mapeamento de conteúdos das organizações de resistências nos atemos à primeira temática, lembrada abaixo:

1. TEMA 1. Assuntos referentes ao vazamento de rejeitos da Hydro de 2018
  - a) Mineração - Barcarena
  - b) Hydro/Albras ou outra empresa geradora de conflitos socioambientais em
  - c) Desastre fevereiro/ 2018 e Audiências públicas
  - d) Protestos / Cobranças de órgãos públicos relativos ao desastre/2018

**Figura 22: Principais conteúdos sobre o desastre da Hydro postados no facebook das lideranças locais selecionadas pela pesquisa (fev.2018 a fev. 2020).**



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o levantamento das plataformas digitais das organizações e grupos de mobilização, é possível perceber um aumento considerável no compartilhamento de notícias, nos indicando que os argumentos levantados pelas organizações sempre buscam ter embasamento ou confirmação das fontes. Há uma diminuição dos assuntos voltados aos direitos e lutas, mostrando um certo afastamento das experiências vividas na prática pelos indivíduos. Sobre os acontecimentos. Percebe-se que quase 35,5% dos assuntos tratados foram relacionados a acontecimentos que ocorreram na prática: 5,8% referentes a encontros e reuniões; 15,7% à atos públicos, protestos, cobranças e denúncias; e 14% sobre poluição e doenças. Nos indicando um afastamento dos acontecimentos fora do online.

Sobre seus modos e meios de comunicar vemos (tabela 13) que as organizações, diferente das lideranças, dispõem muito mais do compartilhamento de notícias, trazendo seus argumentos com embasamento de uma outra fonte. O uso das fotos digitais assume uma posição relevante assim como para as lideranças, assumindo um papel de cobertura midiática. Em relação aos vídeos, por sua vez, já não se trata de apenas edições e sim de produção de conteúdo audiovisual realizado por eles, indicando um nível de investimento mais alto do que os das lideranças.

**Tabela 11: Seleção dos principais meios e formatos utilizados sobre o vazamento de 2018 selecionadas pela pesquisa (fev.2018 a fev. 2020).**

Seleção de modos a respeito do caso do vazamento de 2018			
Meios	Modo	Ass. 1º	Onde
Meios Online	Texto em post e em email	05	Facebook Whatsapp Email
	Arte	05	
	Foto	21	
	Vídeos	18	
	Compartilhamento De Notícias de Jornais/Sites/posts	41	
TOTAL		90	
Meios Offline	Protesto/Manifestação	07	Ruas Comunidades Audiências Universidades
	Bandeiras/ Faixas / Cartazes/Estandarte/Placas	10	
	Carro Som/ Bicicleta Som		
	Eventos, Oficinas, Cursos	02	
	Impressão: Comunicados, documentos, folders, folheto	01	
	Reunião/ conversa presencial	08	
	Exposição fotográfica/Documentário/ Músicas Ou Poemas		Teatro, Auditório, Youtube
TOTAL		28	

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação às plataformas físicas, da mesma forma que nos conteúdos das lideranças, evidencia-se seu importante papel em protestos, pelo uso de faixas, cartazes, placas etc, e da realização de reuniões para organização dos grupos. A diferença desses números da tabela acima comparado com o da tabela 10, do uso da comunicação pelas lideranças locais e com a indicação dos conteúdos (que iremos discorrer a seguir), apontam uma relação naturalmente menos evidente é crucial dos acontecimentos presenciais, que acontecem no lugar, nas ruas, e dos usos tradicionais de comunicação sob as plataformas físicas, afinal os dados falam de

organizações de apoio nacionais que reverberam muitas vezes os acontecimentos que se dão no espaço local.

Com relação às entidades mencionadas por esses conteúdos como apoio ao enfrentamento do desastre da Hydro e desdobramentos ao longo do tempo, percebe-se uma articulação entre as lideranças locais e as organizações nacionais. Dentre as 11 redes de apoio levantadas, mais da metade também foram mencionadas pelas lideranças (tabela 10), sendo elas: MPPA ou MPF; Pesquisadores; Instituto Evandro Chagas; Advogados; Equipe de reportagem ou jornais; Fase Amazônia. Os pesquisadores aparecem assim como uma das principais fontes de apoio para essas resistências locais, seguidos da valorização do apoio de advogados e ONGs e o Ministério Público, na defesa dos direitos públicos, como apoio à resistência.

**Tabela 12: Rede de apoio às organizações locais e mobilização frente ao desastre da Hydro.**

Rede de apoio e mobilização mencionados pelos participantes	
Redes	Descrição
Governo	Ministério Público (MP) ou Ministério Público Federal (MPF)
	Secretaria de Patrimônio da União (SPU)
	Advocacia-Geral da União (AGU)
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
Academia	Instituto Evandro Chagas (IEC)
	Pesquisadores: UFBA e UFPA
Profissionais	Advogados
	Equipe de reportagem ou jornais
ONGs	Fase Amazônia;
	Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade (AFES)
	Comitê nacional em defesa dos territórios frente à mineração

Fonte: elaborado pela autora.

Deste modo, tentamos trazer, visualmente, tais redes de apoio que foram levantadas formando este campo de resistência existente em Barcarena, onde iniciamos com 10 participantes. Em seguida, descobrimos 18 grupos por trás deles e mais algumas entidades de apoio a esses grupos, conforme mostra a imagem abaixo.

Figura 23: Imagem campo da resistência.



Fonte: elaborado pela autora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Õ que motivou nosso estudo foi justamente a invisibilidade das vozes populares que historicamente são vítimas da violência do modelo neoxtrativista no chamado Sul Global. De forma mais específica, o fato da cobertura midiática do desastre ambiental, denunciado pelas comunidades locais e ocorrido no início do ano de 2018, envolvendo o vazamento de rejeitos da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio, ter alcançado repercussão nacional e internacional, porém com escasso espaço para as vozes populares e locais (STEINBRENNER, GUERREIRO NETO; BRAGANÇA; CASTRO, 2020).

O desastre da Hydro de fevereiro de 2018, considerado um evento de grandes proporções por seus impactos e danos socioambientais causados, com extrema contaminação de rios e do ecossistema de várzea na foz do rio Amazonas, afetando frontalmente a qualidade de vida e a saúde das populações no município (CASTRO, 2019; HAZEU, 2019; PEREIRA, 2019), configura-se, infelizmente, como mais um desastre sofrido pela população em 30 anos de impactos da mineração no município. Até os anos de 1980, o território de Barcarena era voltado para os rios e basicamente agrário. Hoje, ele ocupa um papel estratégico na acumulação capitalista mundial, tanto em relação aos mercados de mineração quanto do agronegócio (HAZEU, 2017).

Por outro lado, considerando que “o território é a própria manifestação do ser social”, é também perceptível em Barcarena, “a crescente consciência política, forjada na histórica daqueles que são vítimas de um processo de exclusão socioespacial (CARMO, HAZEU, COSTA, NASCIMENTO, 2017, p.383). Uma consciência política expressa em protestos, reuniões e demais organizações sociais na formação de uma voz coletiva, que evidencia, com essas mobilizações, uma busca por influenciar o processo decisório e político da região.

Nosso intuito, nesse sentido, a partir de um estudo exploratório de caráter qualitativo (YIN, 2016), considerando um período de 24 meses da ocorrência do desastre, foi justamente buscar as outras vozes - usual e historicamente invisibilizadas, mas também com uma longa história de luta e resistência - no sentido de compreender, na perspectiva da midiatização (HEPP, 2014, FAUSTO NETO, 2006), os processos e práticas de comunicação para resistência que marcam, nesse período, as ações dos grupos sociais mobilizados, no que chamamos, inspirados por Bourdieu (2005), de campo da resistência comunicativa, em reação aos impactos ocasionados pelo desastre da Hydro e na defesa de direitos e de seus territórios no município de Barcarena, município a cerca de 50 quilômetros de Belém, um dos principais polos da

indústria extrativa no Pará, entendido como "zona de sacrifício" da mineração (CASTRO, 2019).

Para configurar este campo da resistência comunicativa, partimos da identificação das principais lideranças sociais do município, indivíduos presentes e atuantes nos debates públicos sobre o desastre realizados no período de dois anos - quatro audiências públicas e um evento em formato de roda-de-conversa - bem como das organizações das quais as lideranças fazem parte e atuam como grupos de apoio às lutas frente ao desastre em questão. De forma direta, a partir de dez (10) lideranças locais selecionadas como informantes-chave do estudo, por meio de entrevistas semi-estruturadas, chegamos à 18 (dezoito) organizações, a maior parte associações de caráter local representantes de moradores de bairros periféricos afetados pelos efeitos do desastre e de territórios rurais de populações tradicionais.

Uma população que tem uma história e memória de luta e resistência, conforme apontam suas lideranças participantes da pesquisa, como parte recorrente de sua rotina, o que leva a que a maioria de suas lideranças, entre 39 e 79 anos, participe de mais de duas organizações de resistência.

Apesar do Facebook ser a principal ferramenta digital utilizada pelas lideranças, o destaque é para o Whatsapp, algo que se comprovou nas entrevistas, visto que todos eles possuem e usam como o principal meio digital interpessoal e por meio de grupos utilizados para integrar a comunicação das lideranças e divulgação das denúncias locais de maneira mais ágil. Quanto às organizações locais, em comparação com as lideranças, apesar de ser evidente (por meio dos números) o uso mais tímido das redes sociais, o Facebook se faz mais presente entre eles, principalmente em vista dos grupos locais, que optam por esta plataforma que é acessível e funcional e que consegue operar no uso de comunicação interna (entre os moradores) e externa (para as populações de fora de Barcarena), como objetivo secundário de divulgação dos casos ocorridos. Já, as organizações nacionais, das quais as lideranças participam, todas não só possuem plataformas digitais, como também marcam presença em mais de uma rede social. Em uma perspectiva geral das organizações vemos dentre as 18 organizações analisadas, 03 usando sites, 03 com instagram, 01 twitter, 01 Spotify. Nos fazendo perceber uma dominância da presença delas em plataformas gratuitas.

Nos movimentos e ações de contraposição aos impactos e danos causados pelos desastres da Hydro, a análise do uso da comunicação como ferramenta para resistência mostrou no período analisado um evidente protagonismo feminino, tanto nas atividades nas plataformas digitais (on-line), quanto nas atividades presenciais (offline). Isso demonstra uma natureza híbrida da comunicação, a qual chamamos de campo da resistência comunicativa frente ao caso

do desastre da Hydro, mas que pode ser pensado de forma mais ampliada para movimentos de resistência em regiões do interior da Amazônia, onde ainda são muito presentes os modos de vida mais tradicionais, de convivência em comunidade, mesmo com os avanços das tecnologias.

Esse é o segundo ponto que se destaca como resultado do estudo, as evidências de que a comunicação que se pratica a partir das lideranças e organizações locais de resistência em Barcarena é uma comunicação híbrida, que se efetiva pelas práticas e processos sociais de organização e mobilização, no espaço concreto das ruas e espaços públicos, e que, sim, reverberam nas plataformas digitais. É o que se evidencia pelos temas e assuntos principais tratados na comunicação exercida pelas lideranças e organizações de resistência, onde o tema central percebido foi justamente o investimento em formas de organização e mobilização da população - reuniões, oficinas, manifestações e protestos.

As alianças são outra marca importante na formação desse campo, grande parte dos participantes trazem noções da importância da coletividade e mostram que parte de sua resistência foi possível devido ao apoio ou estímulos de um trabalho coletivo. Contudo há uma clara desconfiança e receio de serem instrumentalizados, do movimento ser cooptado e passar “para o lado das empresas”. Há, nesse sentido, tensões internas ao movimento e uma necessidade de maior integração e união entre as organizações locais, uma demanda reconhecida por eles e apresentada de forma recorrente durante os debates públicos.

Assim como as lideranças locais e as organizações envolvidas na linha de frente desse caso, também levantamos as entidades de apoio que conformam o campo da resistência frente ao desastre da Hydro. São as mais diversas, contudo se destacam as instituições de pesquisa (IEC, UFPA, entre outras), bem como ONGS, profissionais da imprensa e entes jurídicos, como o Ministério Público do Pará (MPPA).

Por fim, podemos dizer que, diferente do que esperávamos no início desta pesquisa, os esforços de comunicação por quem faz a resistência ao desastre da Hydro - em geral, invisibilizados pelos meios de imprensa comerciais - não são em sua maioria articulações para divulgação e visibilidade para um público externo. Ao contrário disso, vemos um esforço para comunicação interna entre eles, sejam as oficinas e cursos a respeito da mineração, garantia de direitos, sustentabilidade, para capacitação da comunidade, quanto para divulgação dos fatos ocorridos em Barcarena. Não que elas não usem as plataformas digitais - ao contrário, todas possuem, e foram ferramentas de resistências para produção das provas de crimes, para fazer as denúncias - ou que não busquem maior visibilidade. As articulações com as organizações nacionais e com entidades de pesquisa atuam nesse sentido de ampliar o alcance e garantir visibilidade política às demandas do movimento local. O que o estudo nos revelou é uma

realidade local onde, na perspectiva transmidial de Hepp (2014), os meios tradicionais ainda são os definidores dos modos de produção das práticas comunicativas a agir sobre os processos sociais de resistência e luta em Barcarena, e vice-versa.

Esse campo de resistência se desenvolve dentro das noções de conflitos socioambientais, a partir de Svampa (2017, p.46), “ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes e assimetria de poder”. Dentro do movimento por justiça ambiental, desenvolve ação em rede, em várias escalas geográficas, que Svampa chama de “giro ecoterritorial” das lutas sociais que surge a partir da explosão de conflitos socioambientais fazendo grandes e pequenos coletivos se levantarem para atuar em apoio, sejam eles grupos culturais, de mulheres, ambientalistas, de cientistas etc, como bem se apresentada no caso estudado, da resistência de grupos sociais locais ao desastre da Hyro em Barcarena.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2007.
- ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **Más allá del desarrollo**, v. 1, p. 83-118, 2011.
- ACSELRAD, H; COLI, L. R. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro**. Santa Cruz do Sul, RS. 2001.
- ACSELRAD H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Ed. UFPR, Curitiba, v. 5, p. 49-60, 2002.
- ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. Conflitos Ambientais no Brasil, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, H; MELLO, C. C. do A; BEZERRA, G. das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ANTONINO, L. Z. **A Participação Do Estado No Processo Mutiescalar E Territorial Da Mineração**. II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre teoria e a prática, articulações e resistências. Universidade Federal da Bahia: Salvador, jun. 2017.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: Denice Brabara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- CARMO, E. **Conflitos Socioambientais E Territoriais De Resistência Em Barcarena: Atores, Relações De Poder E Exclusão Socioespacial**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo: Vitória, dez. 2018.
- CARMO, E. D. HAZEU, M. T., COSTA, S. M. G. DA, & NASCIMENTO, N. S. Barcarena livre: resistência e lutas de comunidades tradicionais frente aos desastres socioambientais da mineração. In: CASTRO, E. (Org.). **Territórios em Transformação: saberes, rupturas e colonialidade**. Belém: NAEA, p. 365-388, 2017.
- CASSIANI, S. H. de B; DE ALMEIDA, A. M. Teoria fundamentada nos dados: a coleta e análise de dados qualitativos. **Cogitare Enfermagem**, v. 4, n. 2, 1999.
- CASTELLS, M. **O poder da Comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002.
- CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. In: BOLLE, Willi; CASTRO, E; VEJNELKA, M. (ORG.). **Amazônia: região universal e teatro do mundo**. 1ª Edição. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, Fábio. Identidade Denegada: Discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n.2, p. 432-475, set/jan, 2013.

CASTRO, E.; CARMO, E. D. (Orgs). **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, 2019.

CASTRO, E. (Org.) **Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, E. Estratégias de expansão territorial de empresas minerais na Amazônia, desastres socioambientais "zonas de sacrifício". In: CASTRO, E.; CARMO, E. D. (Orgs). **Dossiê: Desastres e crimes da mineração em Barcarena**. Belém: NAEA: UFPA, p.19-34, 2019.

CASTRO, E. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. In: FERNANDES, C.; LACERDA, N.; PONTUAL, V. (Orgs.). **Desenvolvimento, planejamento e governança: o debate contemporâneo**. Rio de Janeiro: ANPUR; Letra Capital, p. 225-246, 2015.

COLOMBO. Vídeo (27:41 min). **Colonialismo, imperialismo e globalização**. Publicado pelo canal Prof. Colombo, 2017. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=hi6DWoG\\_usc](https://www.youtube.com/watch?v=hi6DWoG_usc). Acesso em: Nov/2019.

COUTO, F. F; CARRIERI, A. P. **Análise Crítica Do Discurso: A Teoria A Partir De Teun A. Van Dijk**. XXI SEMEAD, Seminários em Administração. São Paulo, Nov/2018.

CHIZENGA, A. P. **Mineração e conflito ambiental: Disputas em torno da implantação do megaprojeto da vale na bacia carbonífera de moatize, moçambique**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre. 2016

DUPAS, G. **O Mito do Progresso**. Editora da Unesp. 2007.

EJAtlas. **Atlas Global de Justiça Ambiental**. [2020]. Disponível em: <https://ejatlas.org/>. Acesso em: 27 nov. 2020.

ESCOBAR, A. **El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o postdesarrollo**. Buenos Aires. Clacso. 2000.

FAUSTO NETO, A. **Midiatização, prática social - prática de sentido**. 15º Encontro Anual da COMPÓS - Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. UNESP: Bauru, jun. 2006.

FERREIRA, J. Midiatização: dispositivos, processos sociais e de comunicação. **E-Compós**, v. 10, jun. 2007.

FERREIRINHA, I; RAITZ, T. **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas**. Revista de Administração Pública: Rio de Janeiro, v. 44, p. 367-83, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

FIOCRUZ. **Mapa de Conflitos 2019**. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>. Acesso em: 30 maio 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: Aula Inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Salpaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **Ciberlegenda**: Niterói, UFF, v. 5, 2001.

FRANÇA, V. O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional. In: MOURA, C.; LOPES, M. I. (Org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, v. 1, p. 153-174.

FRANÇA, V; SIMÕES, P. G. **Curso Básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.219, 2016.

GETTAM. **Desastres da mineração em Barcarena**: disputas no território e comunidades atingidas. Dossiê. NEAP/UFPA, 2018.

GONÇALVES. R. **Capitalismo Extrativista na América Latina e as Contradições da Mineração em Grande Escala no Brasil**. Cadernos Prolam/USP, v.15, n.29, p.38-55, 2016.

HABERMAS, J. O Conceito de Poder de Hannah Arendt. In FREITAG, B; ROUANET, S. P. (orgs). **Habermas – Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

HAZEU, M. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena**. 2015. 327 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HAZEU, M. T; NASCIMENTO, N. S. F. do. Grandes empreendimentos e contradições sociais na amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**: Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 288-301, 2015.

HAZEU, M. T; NASCIMENTO, N. S. F. do; COSTA, S. M. G. da. Luta social de comunidades tradicionais e trabalhadores em Barcarena (PA). In: Encontro Internacional e Nacional De Política Social, 2017, Vitória. **Luta social de comunidades tradicionais e trabalhadores em Barcarena (PA)**. Vitória: Ppgps/Ufes, p. 1-17, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16436>. Acesso em: 2 nov. 2017.

HAZEU, M. T; NASCIMENTO, N. S. F. do; COSTA, S. M. G. da. Comunidades Tradicionais e Sindicatos em conflito com Estado Capital em Barcarena. **Argumentum**: Vitória, v. 11, n. 1, p. 173-187, 2019.

HEPP, A. **As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da mediação na era da “mediação de tudo”**. In: Matrizes, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil em 2010**. [2020]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 dez. 2020.

LANDER, E. Pensamiento Crítico Latinoamericano: La Impugnación del Eurocentrismo. **Revista de Sociología**, Chile, n.15, p.13-25, 2001.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007.

LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa. In: LIMA, M. (org.), **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. 2016.

MAIA, R. de O. M; MARIN, A; ELIZABETH, R. A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. 38º encontro anual da ANPOCS. Caxambú-MG, p. 4, 2014. In: MAIA, R. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017.

MALDONADO, F. G. M. **Um Pouco Mais Ao Sur: Extrativismo, Neo-extrativismo E Pós-extrativismo Sob Duas Experiências Sul-americanas**. La Privatización de Lo Público: El Manejo y La Ampliación de Los Recursos del Estado, 2015.

NASCIMENTO, M. D. **Gestão urbanística no município de Barcarena - Pará entre 1998 e 2009**. Monografia de Especialização em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará: Belém. 2010.

NASCIMENTO, P. A. M. **Gestão ambiental em área de risco no município de Barcarena**. Doc player, 2010. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14459782-Gestao-ambiental-em-area-de-risco-no-municipio-de-barcarena-para-paulo-altemar-melo-do-nascimento.html.pdf>. Acesso em: 25 jan 2020.

NASCIMENTO, S. M. O Licenciamento Ambiental da Hydro Alunorte: o que há entre Desastres, Licenças e Expansões Produtivas? In: CASTRO, E. R; CARMO, E. D (Org.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA/UFPA, p. 91-104, 2019.

PERUZZO, C. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RÊGO, J. F. Amazônia: Do Extrativismo Ao Neoextrativismo. **Ciência hoje**, v. 25, n. 146, p. 62-65, 1999.

RODRIGUES, J. C; HAZEU, M.; NASCIMENTO, S. M. **Como se produz desastres? O processo de licenciamento da barragem de rejeitos da Hydro Alunorte em Barcarena, Pará**. Nucleus (Ituverava), v. 16, p. 151-170, 2019.

RODRIGUES, J. C; HAZEU, M. T. **Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 9, p. 818-838, 12 dez. 2019.

SANTOS, R. R. A; MENEZES, A. F; FERNANDES, B. S; SATUF, I. Três perspectivas sobre a midiaticização e suas implicações na pesquisa em Comunicação. **Temática**, Paraíba, n. 5, p. 161-176. Maio/2019.

SIMMEL, G. Sociologia: estúdios sobre las forms de socialización. **Revista de Occidente**: Madrid. vol. I, 1977.

STEINBRENNER, R. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiaticização periférica**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará: Pará, 2011.

STEINBRENNER, R; BRITO, T.; GUERREIRO NETO, G. **Observatório de Comunicação, Culturas e Resistências na Pan-Amazônia: Um Projeto de pesquisa pela lente decolonial**. III Anais, Simpósio Brasileiro de Desenvolvimento Territorial Sustentável (SBDTS), UFPR, Matinhos, Novembro de 2019.

STEINBRENNER, R; BRAGANCA, P. H. P. L; GUERREIRO NETO, G. Mídia e Desastre Socioambiental I: Análise da cobertura midiática do vazamento da Hydro Alunorte em Barcarena. In: CASTRO, E. R; CARMO, E. D (Org.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA/UFPA, v. I, p. 116-128, 2019.

STEINBRENNER, R; GUERREIRO NETO, G. I.; BRAGANÇA, P.L.; CASTRO, E. Mídia e Desastre socioambiental II: A escassa presença de comunidades e movimentos sociais na cobertura do desastre da Hydro em Barcarena. In: CASTRO, E. R; CARMO, E. D (Org.). **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena**. Belém: NAEA/UFPA, v. I, p. 129-139, 2019.

STEINBRENNER, R; GUERREIRO NETO, G. I; BRAGANÇA, P.L; CASTRO, E. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA TRANSAMAZÔNICA: desafios da comunicação comunitária em regiões de midiaticização periférica duração e direcionamentos de escuta. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação, Inovação e Saúde**. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29397/reciis.v14i2.2063>. Acesso em: 10 set. 2020.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, marzo-abril, 2013.

VELÁSQUEZ, J. F. V. **Consolidación de la gran minería transnacional en latinoamérica**. Buenos Aires. 2012.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

## APÊNDICE - A

## Roteiro de perguntas

<b>1 PARTE</b>		
	Pergunta	Opções
01	Nome	Aberto
02	Idade	Aberto
03	Sexo	Feminino
		Masculino
04	Estado Civil	Solteiro
		Casado
		Víuvo
		Divorciado
		Outro
05	Escolaridade	Sem Escolaridade
		Ensino Fundamental
		Ensino Fundamental Incompleto
		Ensino Médio
		Ensino Médio Incompleto
		Ensino Superior
		Ensino Superior Incompleto
		Mestrado

		Mestrado Incompleto
		Doutorado
		Doutorado Incompleto
		Não sei informar
06	Cidade Natal	Aberto
07	Possui Filhos? Se sim quantos?	Aberto
08	Em Relação À Moradia:	Mora Em Casa Própria
		Não Tem Casa Própria
09	Cor ou Raça	Branca
		Preta
		Parda
		Amarela
		Indígena
10	Qual a faixa de renda?	Nao trabalho
		Até 260,00
		De R\$ 261,00 a R\$ 780,00
		De R\$ 781,00 A R\$ 1.300,00
		De R\$ 1.301,00 A R\$ 1.820,00
		De R\$ 1.821,00 A R\$ 2.600,00
		De R\$ 2.601,00 A R\$ 3.900,00
		De R\$ 3.901,00 A R\$ 5.200,00

		De R\$ 5.201,00 A R\$ 6.500,00
		De R\$ 6.501,00 A R\$ 7.800,00 Mais De R\$ 7.800,00
11	Qual a renda mensal familiar de sua casa	Até 260,00
		De R\$ 261,00 A R\$ 780,00
		De R\$ 781,00 A R\$ 1.300,00
		De R\$ 1.301,00 A R\$ 1.820,00
		De R\$ 1.821,00 A R\$ 2.600,00
		De R\$ 2.601,00 A R\$ 3.900,00
		De R\$ 3.901,00 A R\$ 5.200,00
		De R\$ 5.201,00 A R\$ 6.500,00
		De R\$ 6.501,00 A R\$ 7.800,00 Mais De R\$ 7.800,00
12	Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado (a)?	Computador/Notebook Celular (Internet) Jornal online ou escrito TV Rádio Outros Nenhum
13	Participam de algum movimento político? organização coletiva ou faz parte de alguma liderança? se sim especifique quais?	Aberto

## 2 PARTE

		Pergunta
CONFLITO	01	Como você soube do vazamento de 2018? Como você começou a se envolver e ficar ativa nos debates?
	02	Após o vazamento a empresa fez um acordo com as populações afetadas? Se sim, as promessas foram cumpridas? Os problemas foram solucionados? A empresa ainda dá algum tipo de suporte? Qual a sua avaliação sobre a atuação da empresa?
	03	O que mudou no cotidiano de vocês 2 anos após o vazamento da bacia?
	04	Qual a frequência de crimes (ambientais) em Barcarena ? Quais os efeitos você tem visto se prolongar na vida da comunidade?

	05	Já passou por algum deslocamento? ou teve alguma alteração de rotina devido aos desastres ambientais de mineração?
	06	Se eu dissesse que não sei nada sobre os conflitos e desastres ambientais aqui da cidade, como você me explicaria a situação que vem ocorrendo?
	07	Na sua perspectiva qual seria a melhor alternativa para uma boa vivência ?
POLÍTICA	08	Há alguma participação política ou ato que você consiga expressar isso? como? (pergunta acima)
	09	Além de você, conhecer outras pessoas que buscam se expressar diante desses conflitos ambientais? Se sim, de que modo? (materialidade)
	10	Ao seu ver, na vivência de debates e encontros, quem são as pessoas ou entidades mais envolvidas nesse conflito?
	11	Você acha que nesse conflito, vocês conseguem ter uma participação política?
	12	Na sua perspectiva qual seria o papel dessas ações (de resistência) dos moradores? e qual seria o papel do estado?
RESISTÊNCIA	10	Há uma espécie de organização coletiva? Quais seriam os Processos e modos de organização e mobilização social dos grupos afetados/ o encontro de visões sobre os acontecimentos ? processos colaborativos de resistência? e quais as dificuldades?
	11	E por qual motivo vocês fazem isso? (Acima)
	12	As reações e resistências dos grupos locais provoca alterações/mudanças no discurso /ações/políticas hegemônicas sobre a situação vivida na localidade?
COMUNICAÇÃO	13	Se há lados? quais seriam? Na sua opinião quem tem o controle das decisões? das versões/visões sobre os acontecimentos?
	14	Qual o argumento deles a respeito dos desastres? Você concorda?
	15	Como vocês se informam das ações das empresa? há algum nível de diálogo? que tipos e meio de informação eles acessam vocês acessam?
	16	Quantas audiências públicas você soube? Como vocês se informavam sobre?
	17	Na sua opinião quais as pessoas ou comunidades/movimentos estiveram mais ativos nessa luta?
MUDANÇAS	18	E sobre os grupos dentro do movimento local, você conhece? como eles são ?
	19	Na sua perspectiva, ao longo dos anos houve uma mudança forte na economia e no desenvolvimento local em geral?
	20	Qual a visão que a sua família partilha com você a respeito desses conflitos socioambientais que ocorrem ao longo dos anos?

## APENDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E AMAZÔNIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “**O DISCURSO DO OUTRO E O OUTRO DISCURSO: A fala das populações de Barcarena (PA) sobre crimes ambientais**” conduzida por **Andressa Santos**, discente do Programa de Pós Graduação da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Esta pesquisa possui objetivos estritamente acadêmicos que, em linhas gerais, busca compreender as experiências dos grupos tradicionais de Barcarena na luta por reconhecimento social e político em especial por meio de processos de comunicação e do uso de diferentes práticas e meios comunicacionais.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os processos de comunicação vivenciados e os meios acionados pelas organizações como práticas sociais e comunicacionais de um movimento de resistência frente às ameaças e violências sofridas como resultado do modelo de desenvolvimento de base extrativa na região, do qual Barcarena é exemplo dramático e emblemático. O estudo tem como recorte temporal o episódio do conflito em torno do vazamento das bacias de rejeito da Hydro Alunorte, ocorrido em fevereiro de 2018, considerado um dos mais graves desastres socioambientais na Amazônia.

Iremos recorrer à análise documental, bibliográfica bem como análise de meios e fluxos de comunicação, além da análise do discurso como métodos de investigação de postagens feitas nas redes sociais das principais resistências locais de Barcarena, para buscar reconhecer e compreender os processos e práticas comunicacionais desenvolvidos por estes grupos na luta por reconhecimento. Para confirmação das informações levantadas iremos realizar um conjunto reduzido de entrevistas com informantes-chave do campo da resistência. Visto que o conhecimento que se pretende obter não pode ser obtido/confirmado por outro meio sem ser entrevista a distância, conforme as recomendações de segurança da pandemia de COVID-19,

serão realizadas através de meios remotos (whatsapp e ligação por celular) tanto as entrevistas semi-estruturada com informantes-chave, lideranças do movimento, bem como a aplicação de questionário básico para identificação de perfil demográfico e midiático, com perguntas de natureza aberta e fechada de caráter quali-quantitativo.

Visto que toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações, não podemos considerar risco zero, os riscos dizem respeito a algum desconforto na abordagem ou natureza das perguntas, que têm direcionamento investigativo dos conflitos vividos que possui foco na organização das resistências e suas estratégias de comunicação e informação. Entretanto, os riscos previstos neste estudo são mínimos, visto que há uma regularidade e um conhecimento e posicionamento prévio dos entrevistados das principais questões debatidas a respeito do conflito socioambiental em questão. Por outro lado, a pesquisa contribuirá com uma visão ampla da resistência, promovendo a compreensão das aproximações e afastamentos do êxito da luta por reconhecimento social e político.

O presente trabalho prevê assim risco em gradação mínima, considerando que apesar de trabalhar com a temática dos conflitos socioambientais, o Sr (a), participante da pesquisa já faz parte do recorte de pessoas que são reconhecidas como lideranças locais, envolveram-se de forma pública na luta por direitos afetados no último crime ambiental de grande proporção ocorrido em Barcarena. Portanto, se você foi um dos selecionados(a) como entrevistado deste estudo é por ser uma das cerca de uma dezena e meia de pessoas que mais se fizeram presente nos debates e audiências públicas realizadas entre os anos de 2018 a 2020 e que discutiram os efeitos nas comunidades do último vazamento de rejeitos da empresa norueguesa Hydro Alunorte, líder no mercado global de alumínio.

Para participar deste estudo o Sr(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Caso tenha algum custo eventual, a despesa da participação (como crédito de celular ou passagem de ônibus até ter acesso a um telefone fixo ou móvel) será ressarcida pelo pesquisador. Os riscos dessa pesquisa são mínimos mas o pesquisador buscará neutralizar sempre com confiabilidade dos dados, mas caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito a indenização.

O Sr(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade, prejuízo ou modificação na forma em que o Sr(a) é atendido(a). O pesquisador se compromete em não perder o sentido de sua destinação sócio-humanitária, sendo corresponsável pela integridade e bem estar de todos os participantes da pesquisa e caso perceba qualquer risco ou dano significativo da pesquisa previsto, ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, comunicará o fato, imediatamente, ao Sistema CEP/CONEP, para avaliar, em caráter emergencial, a necessidade de adequar ou suspender o estudo. Destacamos ainda que a sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo. Os resultados completos da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

Será utilizado métodos adequados para responder as questões estudadas. A pesquisa será desenvolvida com indivíduos com autonomia plena. Em casos de comunidades cuja cultura grupal reconheça a autoridade do líder ou do coletivo sobre o indivíduo, a obtenção da autorização para a pesquisa respeitará essa particularidade. A pesquisa possuirá formato claro e acessível, apropriadas à cultura, faixa etária, condição socioeconômica e autonomia dos convidados. A pesquisa será aplicada após 7 dias da aprovação do comitê de ética, nas condições do entrevistado, com local, dia e hora adequado para que o esclarecimento seja efetuado, considerando, para isso, as peculiaridades do participante da pesquisa e sua privacidade.

Reafirmamos que sua participação nesta pesquisa será 100% a distância (devido aos cuidados recomendados a respeito do COVID-19) e consistirá em responder um questionário e uma entrevistas semi-estruturada via Ligação de Whatsapp, onde haverá registro de áudio e vídeo, para pesquisador estudar a partir da análise dos dados levantados. Refoçamos novamente que os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos. Logo pesquisador responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos, instituições ou participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste termo de consentimento que encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores o tratarão a com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução No 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade \_\_\_\_\_ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**O DISCURSO DO OUTRO E O OUTRO DISCURSO: A fala das populações de Barcarena (PA) sobre crimes ambientais**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Local: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a) Pesquisador(a) Responsável: \_\_\_\_\_

Nome do Pesquisador Responsável: Andressa Arielly de Souza Santos

Tel.: (91) 98375.6417

mail: andressa\_arielly@outlook.com

ILC (Instituto de Letras e Comunicação), PPGCom, UFPA. CEP: 66000-000 / Belém - PA

E-

Endereço:

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (CEP-ICS/UFPA)

Endereço: Complexo de Sala de Aula/ICS - Sala 13 - Campus Universitário, no 01, Guamá.

CEP: 66.075-110 - Belém-Pará.

Tel: 3201-7735 E-mail: cepccs@ufpa.br